

MURIEL DE OLIVEIRA MORGANTE

**A CRÍTICA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA AO CATIVEIRO INDÍGENA:  
MARANHÃO – SÉCULO XVII**

Alfenas/MG

2024

MURIEL DE OLIVEIRA MORGANTE

**A CRÍTICA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA AO CATIVEIRO INDÍGENA:  
MARANHÃO – SÉCULO XVII**

Objeto de Aprendizagem apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Alfenas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Ibérica.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Eugênio

Alfenas/MG

2024

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Central

Morgante, Muriel de Oliveira.

A crítica do padre Antônio Vieira à escravidão indígena : Maranhão - século XVII / Muriel de Oliveira Morgante. - Alfenas, MG, 2024.  
96 f. : il. -

Orientador(a): Alisson Eugênio.

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2024.

Bibliografia.

1. Escravidão indígena. 2. Jesuítas. 3. Sequência didática. I. Eugênio, Alisson, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

MURIEL DE OLIVEIRA MORGANTE

A CRÍTICA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA AO CATIVEIRO INDÍGENA: MARANHÃO – SÉCULO XVII

O Presidente da Banca Examinadora abaixo indicada assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Aprovada em: 29 de novembro de 2024.

Prof. Dr. Alisson Eugênio

Presidente da Banca Examinadora

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. Hilton César de Oliveira

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-MG)

Prof. Dr. Luiz Eduardo Silva

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)



Documento assinado eletronicamente por **Alisson Eugênio, Professor do Magistério Superior**, em 03/12/2024, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1383900** e o código CRC **7EE54477**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela força e ajuda espiritual para que eu pudesse levar adiante o propósito de realização desse trabalho.

À minha família pela compreensão, ajuda em todos os momentos, apoio e incentivo de sempre.

À Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL-MG, e aos professores do Programa de Pós-graduação em História Ibérica pela oportunidade, pelo conhecimento compartilhado e por todas as significativas experiências de todas as aulas.

Ao professor Alisson Eugênio, meu orientador, pela generosidade em compartilhar seu conhecimento e estar sempre pronto a me estender a mão, me acompanhando ao longo de toda a pesquisa e sendo uma pessoa fundamental para a realização desse trabalho

Ao professor Luiz Antônio Sabeh pelas indicações bibliográficas, pelos livros emprestados, pelas críticas construtivas que tanto contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho

Aos professores Hilton e Luiz Eduardo pela disposição com que aceitaram o convite para participar da Banca Avaliadora e aos professores Eliazer e Mário Danieli pela disposição em ficarem como professores suplentes

À secretaria Luciana pela gentileza, solicitude e paciência em todos os momentos que precisei

Aos colegas do curso pela amizade e companheirismo em dividir esperanças, angústias e medos

Agradeço, por fim, à todas as pessoas que me acompanharam ao longo dessa trajetória e de alguma maneira contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

O trabalho que se segue consiste em um Objeto de Aprendizagem resultante da minha pesquisa intitulada “A crítica do padre Antônio Vieira ao cativo indígena na América Portuguesa do século XVII” cujo objeto de estudo foi compreender o pensamento de Vieira sobre a escravidão indígena inserido dentro dos debates intelectuais do período. A pesquisa aborda, sobretudo, os chamados “Anos 50” de sua produção, quando o referido autor esteve em uma missão no Maranhão a fim de mediar os conflitos entre os colonos locais e os membros da Companhia de Jesus na qual foi um grande expoente e pregador. Como fontes de pesquisa, utilizei o “Sermão de Santo Antônio aos Peixes”, pregado em São Luís do Maranhão em 1654 e o “Sermão da Primeira Domingo da Quaresma”, pregado também em São Luís do Maranhão no ano de 1653. O Objeto de Aprendizagem consistiu em uma sequência didática, disponibilizada no formato e-book, para ser utilizado por estudantes e professores da primeira série do Ensino Médio nas disciplinas de História, Filosofia e Sociologia, conforme às demandas da BNCC e do Currículo Paulista. Acredito que semelhante material didático possui grande potencial de alcance nos estudantes, pois as sequências didáticas se fazem bastante presentes no cotidiano escolar e podem contribuir com o trabalho de docentes que desejem utilizá-las com as mais diferentes intenções pedagógicas.

Palavras-Chave: escravidão indígena; jesuítas; sequência didática

## RESUMEN

El trabajo que sigue consiste en un Objeto de Aprendizaje resultante de mi investigación titulada “La crítica del padre Antônio Vieira al cautiverio indígena en la América portuguesa en el siglo XVII” cuyo objeto de estudio fue comprender el pensamiento de Vieira sobre la esclavitud indígena insertado en los debates intelectuales del período. . La investigación aborda, sobre todo, los llamados “años 50” de su producción, cuando el citado autor se encontraba en misión en Maranhão con el fin de mediar en conflictos entre pobladores locales y miembros de la Compañía de Jesús de la que fue un gran exponente. y predicador. Como fuentes de investigación utilicé el “Sermón de San Antonio a los peces”, predicado en São Luís do Maranhão en 1654 y el “Sermón del primer domingo de Cuaresma”, también predicado en São Luís do Maranhão en 1653. El aprendizaje consistió en una secuencia didáctica, disponible en formato de libro electrónico, para ser utilizada por estudiantes y profesores del primer año de secundaria en las materias de Historia, Filosofía y Sociología, de acuerdo con las exigencias del BNCC y de la São Currículum Paulo. Creo que un material didáctico similar tiene un gran potencial para llegar a los estudiantes, ya que las secuencias didácticas están muy presentes en la vida escolar cotidiana y pueden contribuir al trabajo de los profesores que deseen utilizarlas con las más diversas intenciones pedagógicas.

Palabras Clave: esclavitud indígena; jesuítas; cuaderno didáctico

## SUMMARY

The following work consists of a Learning Object resulting from my research entitled “Father Antônio Vieira’s criticism of indigenous captivity in Portuguese America in the 17th century” whose object of study was to understand Vieira’s thinking on indigenous slavery inserted within the intellectual debates of the period. The research addresses, above all, the so-called “50s” of his production, when the aforementioned author was on a mission in Maranhão in order to mediate conflicts between local settlers and members of the Society of Jesus, of which he was a great exponent and preacher. As research sources, I used the “Sermon of Saint Anthony to the Fishes”, preached in São Luís do Maranhão in 1654 and the “Sermon of the First Sunday of Lent”, also preached in São Luís do Maranhão in 1653. The Learning Object consisted of a didactic sequence, made available in e-book format, to be used by students and teachers of the first year of High School in the subjects of History, Philosophy and Sociology, according to the demands of the BNCC and the São Paulo Curriculum. I believe that such didactic material has great potential to reach students, since didactic sequences are very present in the school routine and can contribute to the work of teachers who wish to use them with the most diverse pedagogical intentions.

Keywords: indigenous slavery; Jesuits; didactic notebook

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. PARTE I .....</b>	<b>12</b>
A SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	12
<b>3. PARTE II .....</b>	<b>55</b>
A CRÍTICA DE VIEIRA À ESCRAVIDÃO INDÍGENA: MARANHÃO – SÉCULO XVII.....	55
<b>4. PARTE III .....</b>	<b>76</b>
APRESENTAÇÃO E POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR.....	76
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>93</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>95</b>

“A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia

E pela dor eu descobri o poder da alegria

E a certeza de que tenho coisas novas

Coisas novas para dizer...”

Belchior (1976)

## 1 APRESENTAÇÃO

O trabalho que se segue consiste em um Objeto de Aprendizagem resultante da minha pesquisa sobre a temática “A crítica do padre Antônio Vieira à escravidão indígena no Maranhão do século XVII”. Buscando fazer uma articulação entre a pesquisa realizada e o ensino de História, o Objeto de Aprendizagem consistiu em uma sequência didática, disponibilizada no formato e-book, para ser utilizada por estudantes da primeira série do Ensino Médio, podendo ser utilizada nas disciplinas de História, Filosofia, Sociologia, conforme às demandas da BNCC e do Currículo Paulista.

Assim, a Primeira Parte desse trabalho consiste na apresentação de tal sequência didática que está disponibilizada no formato e-book elaborado a partir do software exe.learning. Para composição da sequência didática foram utilizados textos acadêmicos, imagens, mapas históricos, mapas mentais e exercícios reflexivos. O material foi dividido em seis subitens intitulados: “A chegada dos portugueses na América Portuguesa”, “A Companhia de Jesus, seus princípios, ideais e atuação”, “Quem foi o padre Antônio Vieira?”, “O estado do Grão-Pará e Maranhão”, “Os anos 50 da produção de Vieira” e “Os debates intelectuais do período”. Esclareço ainda que na sequência didática apresentada logo abaixo constam respostas e sugestões nas atividades propostas, visto que esse será o material disponibilizado em PDF para ser utilizado pelo professor regente da sala de aula já o material disponibilizado no software exe.learning poderá ser utilizado pelos estudantes. O professor, conforme elucidado na última parte desse trabalho, deverá conduzir as atividades e reflexões das aulas conforme as sugestões do material e conforme os seus próprios projetos e intenções pedagógicas, por isso considero que se trata de um material com múltiplas possibilidades em sala de aula.

A Segunda Parte consiste em um artigo sobre a minha pesquisa cujo objeto de estudo foi o pensamento do padre Antônio Vieira acerca da escravidão indígena inserido dentro dos debates humanistas setecentistas. Assim, a pesquisa abordou os chamados “Anos 50” da produção de Vieira, quando o referido autor esteve em uma missão no Maranhão a fim de mediar os conflitos entre os colonos locais e os membros da Companhia de Jesus. Utilizei-me, sobretudo do quadro teórico de Quentin Skinner, buscando compreender o contexto da atuação de Vieira e os problemas enfrentados pela sociedade de sua época. Dessa forma, foram subtemas desse trabalho: os ideais e atuação da Companhia de Jesus e suas relações com a Coroa Portuguesa, o que representava o estado do Maranhão no século XVII e os interesses políticos e econômicos na região, os conflitos entre colonos locais, missionários religiosos e indígenas no território maranhense.

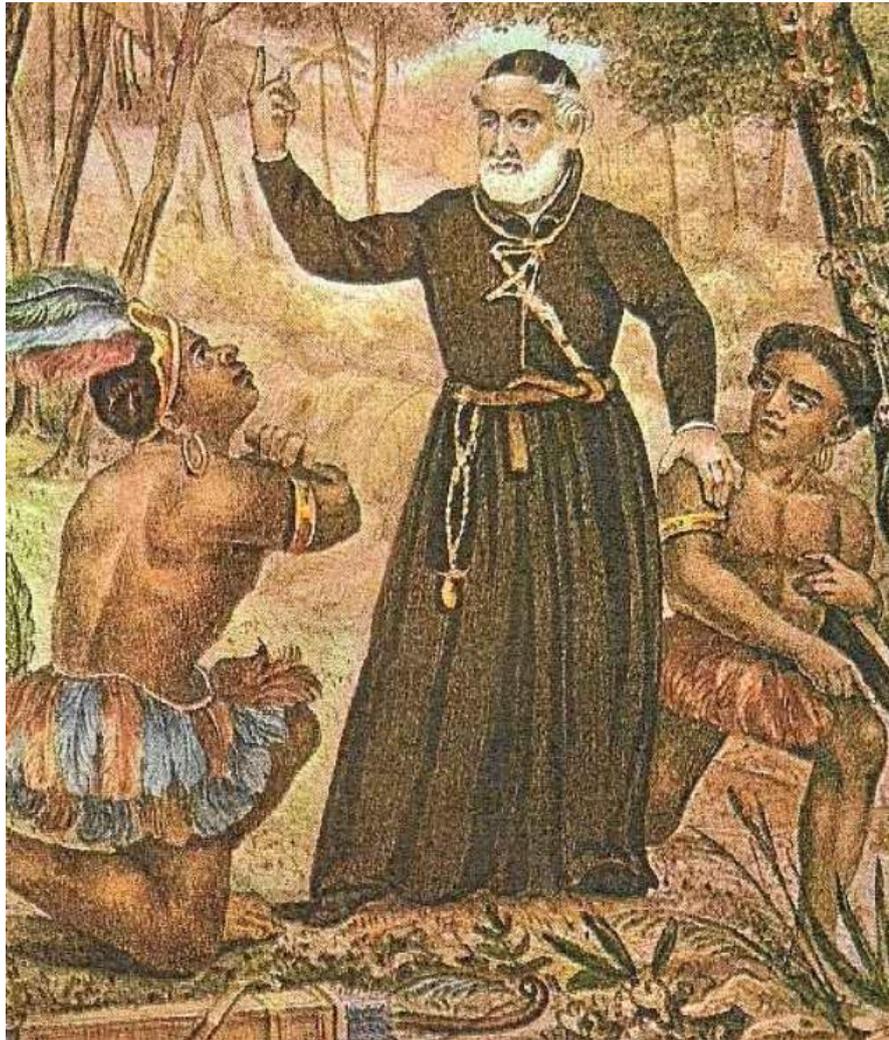
Como fontes de pesquisa, utilizei, sobretudo, o “Sermão de Santo Antônio aos Peixes”, pregado em São Luís do Maranhão em 1654 e o “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma”, pregado também em São Luís do Maranhão no ano de 1653. Tais sermões serviram como uma amostragem para compreensão dos fundamentos das críticas feitas pelo referido autor e a argumentação utilizada. No “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma”, conhecido também como “Sermão das Tentações”, Vieira partindo do episódio bíblico das tentações a que Cristo foi sujeito durante os quarenta dias em que esteve no deserto, ressalta a necessidade dos colonos maranhenses se libertarem das “práticas demoníacas” de escravidão dos índios, a fim de salvar suas almas. No “Sermão de Santo Antônio aos Peixes” elaborado a partir da constante retomada do versículo bíblico “Vós sois o sal da terra” (Mt, 13), prega sobre a necessidade de “conservação” dos portugueses, guardando-se da corrupção. Uma das principais críticas de Vieira nesse sermão é aos “peixes grandes” que “devoram” os “pequenos”, sendo esse também considerado um sermão em que Vieira se dirige aos colonos maranhenses combatendo à escravidão indígena. Além dessas fontes, utilizei-me de uma bibliografia qualificada para discutir o meu Objeto de Aprendizagem.

A Terceira Parte consiste em uma explanação a fim de apresentar as características, processo de produção e possibilidades de utilização do Objeto de Aprendizagem na sala de aula. Nessa parte busco ainda, a partir de uma bibliografia qualificada, discutir brevemente as potencialidades e limitações dos livros didáticos já que produzi uma sequência didática, pois acredito que esse seja o material mais utilizado no cotidiano escolar e, por isso, apresenta grande potencial de alcance nos estudantes. Os textos, imagens e atividades que a compõem foram cuidadosamente selecionados e elaborados a fim de contribuir para construção do conhecimento dos discentes, bem como, promover reflexões sobre a temática apresentada.

## 2 PARTE I - SEQUÊNCIA DIDÁTICA

### A CRÍTICA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA AO CATIVEIRO INDÍGENA: MARANHÃO – SÉCULO XVII

Muriel de Oliveira Morgante



A imagem mostra uma cena histórica com três figuras. Duas delas são indígenas, um de cada lado olhando para a terceira figura central que representa o padre Antônio Vieira já idoso com cabelos brancos, vestido com uma túnica preta e com um braço levantado. O cenário parece ser ao ar livre, com árvores ao fundo

## SUMÁRIO

1. A chegada dos portugueses na América Portuguesa
2. A Companhia de Jesus, seus princípios, ideais e atuação
3. Quem foi o padre Antônio Vieira?
4. O estado do Grão-Pará e Maranhão
5. Os anos 50 da produção de Vieira
6. Os debates intelectuais do período

## 1 A chegada dos jesuítas na América Portuguesa: Os primeiros contatos com os indígenas e o choque cultural

### Leitura de imagem



Oscar Pereira da Silva, *Desembarque de Cabral em Porto Seguro, SP, Museu Paulista*

A pintura mostra várias pessoas na praia e em barcos a remo, com um grande navio à vela ao fundo. A cena se passa em uma praia com coqueiros, as pessoas da praia parecem estar observando aqueles que estão chegando de barco a uma nova terra.

Observe a imagem e converse com seus colegas sobre as questões abaixo:

- 1) Quem são as pessoas retratadas pelo pintor que estão nas caravelas?
- 2) Quem são as pessoas retratadas pelo pintor que estão na praia?
- 3) A qual momento histórico o quadro se refere?
- 4) O que você conhece ou já ouviu falar sobre o assunto?

Espera-se que os estudantes percebam que o quadro faz referência à chegada dos portugueses na América, os portugueses estão chegando nas caravelas e os povos nativos estão na praia.

### Análise de texto

Os índios habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses, possuindo uma cultura e costumes bastante diferentes desses. Dessa forma, o contato do europeu com os nativos que aqui viviam causará um “estranhamento” de ambas as partes, ou seja, os costumes de uns pareciam muito estranhos aos outros e vice-versa. Assim, os pensadores e teólogos do século XVI tentarão compreender essa experiência vivida pelos europeus com o diferente buscando definir a “humanidade dos índios” através de respostas para perguntas como “Quem eram os índios? Poderiam ser chamados de próximos? Possuíam alma? Se possuíam alma, seria possível salvá-la?”

Tais ideias podem parecer não fazer sentido a nós hoje, mas é preciso considerar que nesse período, os conceitos e ideias religiosas eram fundamentais tanto para formulação de perguntas, quanto para elaboração de respostas. Três formas de comportamento dos indígenas causaram bastante estranhamento e repúdio aos portugueses, sendo essas: o incesto, o canibalismo e a nudez. É preciso compreender que os portugueses e, sobretudo os missionários religiosos que vieram para América Portuguesa, olhavam o mundo sob a ótica católica e, por isso, consideraram os costumes dos indígenas como “maus” e “diabólicos”, todavia consideraram também os nativos como “cristãos em potencial”, acreditando que esses possuíam as sementes do Evangelho, sendo necessário que deixassem seus “maus costumes” para que suas almas fossem salvas. Dessa forma, acreditaram que através da catequização poderiam salvar as almas dos indígenas e, por isso, tantos missionários chegaram ao Brasil entre os séculos XVI e XVII para formar os chamados aldeamentos e colégios jesuítas.

Todavia, tais hábitos e costumes faziam parte das sociedades indígenas e esses não aceitaram tão facilmente deixá-los, havendo resistência por parte dos mesmos. Os teólogos do período buscaram definir a humanidade dos índios baseando-se na *Teoria da unidade da alma humana* de Santo Agostinho, segundo a qual uma alma é composta por entendimento, memória e vontade. De acordo com os jesuítas, o problema não estava no entendimento que lhes parecia ágil e agudo, mas na memória e na vontade que lhe parecia fraca e remissa. Assim, reclamam da inconstância dos nativos, já que o que aprendiam em um dia, pareciam no outro já haverem esquecido.

Conforme o antropólogo Viveiros de Castro, o que os jesuítas não compreendiam é que a resistência era justamente uma forma dos índios serem constantes e fiéis aos seus costumes. Apesar da dizimação de grande parte das população indígena que acontecerá posteriormente,

restando poucos índios vivos no Brasil de hoje, esses devem ser considerados parte da formação do povo brasileiro, o que pode ser percebido quer em traços físicos, quer em hábitos cotidianos comer tomar banho todos os dias e ter alimentos como mandioca, açaí e banana fazendo parte de nossa alimentação diária.

Nos próximos capítulos trataremos mais detalhadamente sobre quem eram os jesuítas e a ordem religiosa a que pertenciam. Três grandes representantes dos jesuítas no Brasil foram os padres Manoel de Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira, os quais deixaram como legado suas cartas e sermões em que discorrem sobre os desafios e dificuldades de conversão dos nativos. Outras importantes fontes históricas para conhecimento do período são cartas de cronistas como a conhecida Carta de Pero Vaz de Caminha e o Tratado da Terra do Brasil de Pero de Magalhães Gandavo.

### **Leitura complementar**

A feição deles é serem pardo, um tanto avermelhados de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador.

(CAMINHA, P.V. Carta de Pero Vaz de Caminha. Biblioteca Nacional, 1500. Acervo digital. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/tags/pero-vaz-caminha>>. Acesso em: 22 set. 2024)

(Os índios) não têm fé, nem lei, nem rei (...) são mui desumanos e cruéis, (...) são mui desonestos e dados à sensualidade (...) Todos comem carne humana e têm-na pela melhor iguaria de quantas pode haver (...) Vivem mui descansados, não têm cuidado de cousa alguma se não de comer e beber e matar gente.

(Pero de Magalhães Gandavo, Tratado da Terra do Brasil, século XVI)

### Mãos à obra

Vamos agora para interpretação de texto e análise de fontes:

- 1) Uma das grandes preocupações dos teólogos e pensadores do século XVI era?
- a) Conquistar novas terras através da expansão marítima e comercial, grande projeto empreendido pela Coroa Portuguesa
  - b) Definir a humanidade dos indígenas através de ideias religiosas da época, baseando-se inclusive na teoria da unidade da alma humana de Santo Agostinho
  - c) Compreender as especificidades das populações americanas através de teorias científicas e evolucionistas, embasando, assim, ideais progressistas e discriminatórios em relação aos indígenas
  - d) Propagar ideais de tolerância e respeito a diversidade, pois compreenderam bem que os indígenas possuíam uma cultura diferente que deveria ser valorizada
  - e) Elucidar as diferenças entre os indígenas e portugueses especificando, assim, que os primeiros jamais poderiam ser considerados próximos já que não tinham nenhuma proximidade com os missionários

**Correta: B**

- 2) Quais os principais objetivos dos missionários religiosos que vieram para América Portuguesa?
- a) Fundação de colégios e aldeamentos
  - b) Catequizar os indígenas e salvar suas almas
  - c) Expansão econômica e territorial
  - d) Busca de mão de obra e escravização dos indígenas
  - e) Busca por novas rotas comerciais

**Correta: B**

3- “Descoberto o Novo Mundo e instaurado o processo de colonização, começou a se desenrolar o embate entre o Bem e o Mal”

(Laura de Mello e Souza, *Inferno Atlântico*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 22-23)

Após a leitura do texto, podemos considerar que na percepção dos missionários religiosos uma das maneiras de enfrentar esse “embate entre o Bem e o Mal” era através da

- a) retomada de valores greco-romanos
- b) crença no livre-arbítrio
- c) aceitação da diversidade cultural
- d) catequização das populações nativas
- e) busca da cientificidade

**Correta: D**

**Ampliando:**

**Como o conhecimento histórico é construído?**

Os(as) historiadores(as) são pesquisadores(as) da História constroem suas narrativas a partir de um trabalho árduo de pesquisa de fontes e bibliografias, fazendo uso de um método conhecido no meio acadêmico como análise documental. Toda pesquisa histórica parte de perguntas e questionamentos do pesquisador que buscará nos documentos e fontes informações para respondê-las, tais informações constituem as chamadas evidências históricas. Porém, é muito importante compreender que nenhum documento é uma “janela” para o passado, todos nos trazem visões e interpretações acerca dos acontecimentos, por isso quando analisamos um documento é preciso antes questionar “Quem o produziu? Para quem produziu? Com qual possível intenção o produziu?”

**Fontes históricas**

“A história se faz com os documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem. Mas ela pode ser feita, ela deve ser feita com tudo o que a engenhosidade do historiador lhe permitir utilizar.” (FEBVRE, 1974, p.21)

Existem documentos que são denominados fontes primárias e outros, fontes secundárias. As fontes primárias são testemunhas do passado que se caracterizam por ser de primeira mão ou contemporâneas dos fatos históricos a que se referem. Podem ser de vários tipos, tais como:

**Fontes materiais:** utensílios, mobiliários, roupas, ornamentos (pessoais e coletivos), armas, símbolos, instrumentos de trabalho, construções (templos, casas, sepulturas), esculturas, moedas, restos (de pessoas ou animais mortos), ruínas e nomes de lugar (toponímia), entre outros.

**Fontes escritas:** documentos jurídicos: documentos jurídicos (constituições, códigos, leis, decretos), sentenças, testamentos, inventários, discursos escritos, cartas, livros de contabilidade, livros de história, autobiografias, diários, biografias, crônicas, poemas, novelas, romances, lendas, mitos, textos de imprensa, censos, estatísticas, mapas, gráficos e registros paroquiais, por exemplo.

**Fontes visuais:** pinturas, caricaturas, fotografias, gravuras, filmes, vídeos e programas de televisão, entre outros.

**Fontes orais:** entrevistas, gravações (de entrevistas, por exemplo), lendas contadas ou registradas de relato de viva-voz, programas de rádio, CDs e DVDs, por exemplo.

As fontes secundárias são registros que contém informações sobre os conteúdos históricos resultantes de uma ou mais elaborações realizadas por diferentes pessoas. Essas fontes nos chegam por pessoas que realizam reconstruções do passado, cujas referências são diferentes testemunhos ou relatos. Exemplos a ser citados são as explicações do professor de História em sala de aula, os livros didáticos, os mapas históricos, os gráficos etc.

(SCHMIDT, M. A. M. S.; CAINELLI, Marlene, 2004, p. 111 - 119)

Responda ao que se pede:

1- Com base na leitura do texto acima, as cartas deixadas pelos jesuítas podem ser consideradas:

a) fontes primárias orais

b) fontes secundárias

- c) fontes primárias materiais
- d) fontes primárias escritas
- e) fontes primárias visuais

**Correta: D**

2- Explique qual a importância das cartas dos jesuítas para os historiadores e estudiosos da História do Brasil.

**Conduzir uma reflexão de forma que os estudantes compreendam que as cartas jesuítas nos permitem conhecer o pensamento dos jesuítas acerca da colonização e das sociedades indígenas. Vale lembrar que tais cartas podem e devem ser matizadas com outras fontes históricas do período, inclusive fontes materiais.**

3-Para o padre José de Anchieta, a inconstância era um problema sério, ao dizer que os nativos frequentemente voltavam ao “vômito”, numa clara referência às suas tradições antigas, compreendidas pelos jesuítas como “maus costumes”. Confira-se:

“(…) resolveram edificar uma grande Aldeia para virem habitar nela de diversos lugares, a fim de mais facilmente poderem ser instruídos... *É verdade que os nossos catecúmenos nos deram ao princípio grande mostra de fé e probidade. Mas, como se movem mais pela esperança de lucro e certa vanglória do que pela fé, não têm nenhuma firmeza e facilmente à menor contrariedade voltam ao vômito, sobretudo não tendo nenhum temor dos cristãos. Deles e de todos os outros desta nação não se pode esperar mais do que atrair alguns meninos, filhos deles, e educá-los na doutrina da fé.*”

(Carta do Ir. José de Anchieta a Pe. Inácio de Loyola, março de 1555, grifos meus).

Explique a resistência dos indígenas ante a tentativa de conversão dos jesuítas:

**Conduzir a reflexão de maneira que os estudantes compreendam que a inconstância era, na verdade, uma forma dos indígenas se manterem constantes e fieis aos seus costumes.**

### Para refletir

(...) Meu texto é entregue inteiro a você tal como foi anotado 46 anos atrás. Representa um painel vivo e variado do modo de ser, de viver e de conviver dos meus índios. Eles são os representantes modernos dos Tupinambá, que somavam 2 milhões e ocupavam toda a costa atlântica brasileira em 1500. Naturalmente, ao longo destes quinhentos anos, mudaram muito, como nós também mudamos, mas eles guardam duas coisas cujo conhecimento é essencial para nós. Primeiro, seu próprio ser biológico, seus genes, que nós levamos no corpo, mantendo-os vivos com seus descendentes. Creio que umas 200 mil mulheres índias foram prenhas para gerar o primeiro milhão de brasileiros. Por um imperativo genético, nós continuamos esse caldeamento, enriquecido pelo sangue negro e europeu. Mas o que tem de singular o moreno brasileiro típico é esta garra indígena, como uma nova versão dos Tupinambá, que sucedem no território deles, que fizemos nosso.

A segunda herança que temos dos índios é a sua sabedoria milenar de adaptação à floresta tropical. Sem esse saber, seríamos outros. O que nos singulariza como cultura é o patrimônio de nomes das coisas da natureza que nos circunda, as dezenas de plantas domesticadas pelos índios que cultivamos em nossas roças e as milhares de árvores frutíferas e de outros usos que eles nos ensinaram a aproveitar. Assim é que continuamos sendo índios nos corpos que temos e na cultura que nos ilumina e conduz. Mas é claro que os índios que resistiram ao avassalamento são muito mais índios.

(Darcy Ribeiro, 1996, p. 12-13)

### Saiba Mais:

Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um importante antropólogo, sociólogo, professor, indigenista e político brasileiro. Estudou na faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e se tornou um grande pesquisador da cultura indígena. Entre 1947 e 1956 trabalhou para o Serviço de Proteção ao Índio, atual Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai). Na década de 1960, durante o governo de João Goulart, esteve a frente do Ministério da Educação, sendo um grande defensor de uma educação pública de qualidade e tornando-se uma referência em políticas públicas educacionais no Brasil. Seus livros são um legado para estudiosos de diversas áreas como Sociologia, antropologia e Educação.

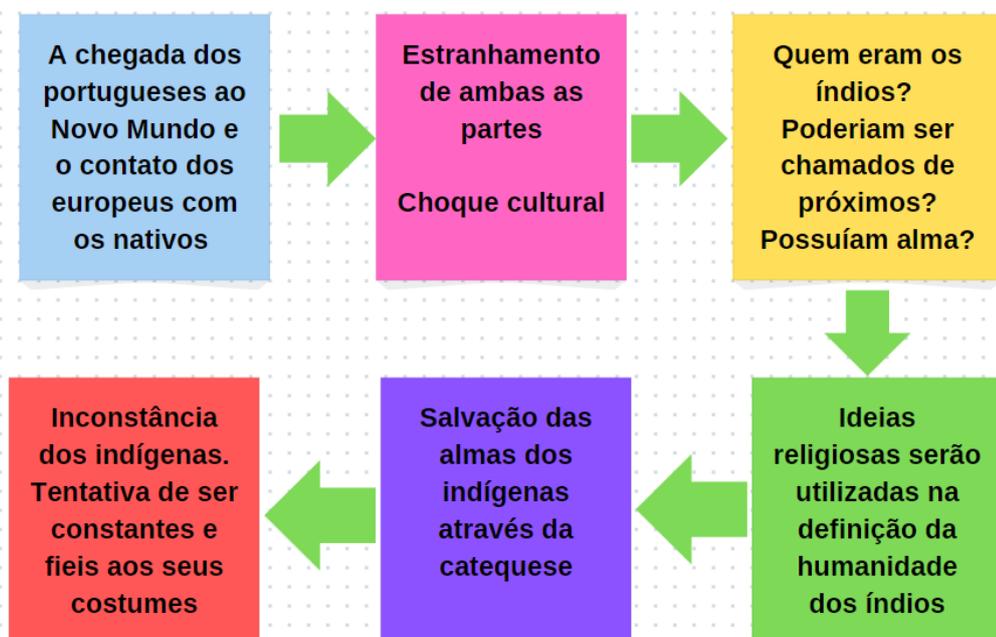


◀ Crianças da etnia Yanomami tomando banho em São Gabriel da Cachoeira (AM), em 2022. O hábito do banho diário é uma herança cultural indígena incorporada pelos não indígenas.

A partir da leitura da leitura do texto escrito pelo antropólogo Darcy Ribeiro em 1996 e da análise da fotografia tirada pelo fotógrafo Gabriel Soares no ano de 2022, disserte sobre a relevância das sociedades indígenas para nossa formação étnica e cultural.

**Conduzir a reflexão de forma que os estudantes percebam os índios vivos ainda em nossa sociedade e em cada um de nós, o que se percebe quer em traços físicos, quer em hábitos como tomar banho todos os dias, alimentos como mandioca e banana incorporados em nossa alimentação, palavras indígenas presentes em nosso vocabulário, em nomes próprios como Cauã e Iara, em nomes de cidades como Araçatuba e Paraguaçu.**

## Recapitulando:



## **2 A Companhia de Jesus, seus princípios, ideais e atuação na América Portuguesa**

Trataremos agora sobre a Companhia de Jesus, seus princípios, ideais e atuação na América Portuguesa. Vocês já ouviram falar sobre o tema? Conversem sobre o que sabem ou já ouviram falar sobre o assunto. Compartilhem suas reflexões!

### **Resposta pessoal**

#### **A Companhia de Inácio de Loyola: De Portugal para o mundo**



**A imagem mostra uma pintura de Inácio de Loyola trajando roupa preta e chapéu preto, com pele clara, cabelo curto, barba curta e bigode na cor castanha, olhos também castanhos. O fundo da imagem é escurecido.**

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1534 e reconhecida pela Igreja Católica em 1540, sendo que os membros dessa nova ordem religiosa passaram a se chamar jesuítas ou inacianos. Um dos grandes ideais da Companhia de Jesus era a salvação de almas através da catequização, tornando-se bastante eficientes nessa prática, que era fundamental para a chamada pacificação dos nativos e a ocupação de novos territórios. Eles fundaram aldeamentos e colégios, onde educavam tanto filhos de colonos quanto crianças nativas, utilizando essas últimas no próprio esforço de doutrinação.

De acordo com o historiador Luiz Antônio Sabe, no início da década de 1540 quando D. João III iniciou seu projeto de organização e financiamento das primeiras missões oficiais visando a evangelização dos povos de além-mar, a Companhia de Jesus era a única ordem religiosa autorizada a atuar nos domínios ultramarinos de Portugal devido, sobretudo, ao seu intento salvífico que atendia aos anseios da Coroa Portuguesa. Assim, os jesuítas desfrutavam de condições de privilégio nesse período, tais como a promulgação de um alvará emitido por D. João III em 1552 ordenando o fornecimento mensal de mantimentos e vestuário pelos colonos aos missionários, em 1557 foi ordenado o pagamento anual em dinheiro e alimentos a

todos os padres da Companhia de Jesus em atividade na região, em 1564 foi promulgado um novo alvará que previa que os dízimos da colônia fossem revertidos em favor das casas e colégios jesuítas.

No entanto, tal condição de privilégios foi abalada durante o período da União Ibérica (1580-1640), devido a campanha anti-Felipe encabeçada pelos jesuítas contra Filipe II durante a crise sucessória de Portugal em 1580. Tal crise sucessória ocorreu após a morte de D. Sebastião (1554 - 1578) e de D. Henrique I (1578 - 1580), D. Catarina, duquesa de Bragança, D. Antônio de Portugal e D. Filipe II, rei da Espanha, reivindicaram a Coroa Portuguesa. D. Antônio, primo de D. Filipe II, conseguiu o apoio de muitos nobres na reivindicação ao trono mesmo após as incitações do primo para que recuasse. D. Antônio declarou guerra contra D. Filipe e se proclamou rei em julho de 1580 quando D. Filipe invadiu Portugal obrigando Antônio a fugir.

Apesar do declínio de alguns privilégios, como os jesuítas já haviam se mostrado bastante eficientes na conversão dos nativos, eles não deixaram de atuar na América Portuguesa, mesmo quando submetidos a um rei espanhol, visto que atendiam também aos interesses da Coroa de Castela. O que acontecerá será uma dispersão dos jesuítas pelo território através de expedições de reconhecimento e ocupação territorial, assim, podemos pensar que nesse período os missionários se transformaram em verdadeiros “desbravadores” do território. Digno de nota ainda é o papel da educação jesuíta que se consolidou entre 1599 e 1759 com a implantação do Ratio Studiorum, um plano de estudos fundamental para organização dos colégios jesuítas ao redor do mundo, inclusive no Brasil.

À medida que a colonização foi se instaurando no Novo Mundo começa a crescer o interesse na mão de obra indígena pelos colonos portugueses e espanhóis que aqui estavam, os jesuítas entrarão em confronto com esses colonos por defenderem que os índios deveriam ser catequizados e não poderiam, por isso, ser escravizados. Vale ressaltar, porém, que os jesuítas não eram em absoluto contra a escravidão indígena, havendo casos que consideram lícita a escravidão como nos casos de índios que eram pegos em rituais de antropofagia ou daqueles que eram prisioneiros de guerras, havendo um julgamento e sendo essas guerras consideradas “injustas”. Os indígenas prestavam serviços aos missionários nos aldeamentos e, assim, embora os jesuítas relativamente protegessem os corpos dos nativos podemos pensar que a catequese fora também um braço forte da colonização uma vez que converter o indígena à fé cristã significava submetê-lo a um processo de aportuguesamento e destribalização.

### Mãos à obra

1)“Há duas vertentes básicas que estruturam a colonização portuguesa nos trópicos: o impulso salvífico (os móveis religiosos, a catequese) e os mecanismos de produção mercantil (exploração do Novo Mundo); sendo que a primeira dimensão (a catequese do gentio) dominava o universo ideológico, configurando o projeto, e a segunda (dominação política, exploração econômica) definia as necessidades de riqueza e poder”

(Fernando Novais, História da Vida Privada no Brasil)

No início da colonização do Novo Mundo destaca-se a atuação de diversas ordens religiosas na colônia e a forte presença da Igreja Católica na estrutura administrativa montada por Portugal.

a)Cite qual foi a principal ordem religiosa a se instalar no Brasil, a partir do século XVI, e identifique quais seus principais objetivos na colônia, considerando sua relação com a Coroa Portuguesa.

**Resposta: Foi a ordem jesuíta já que tal ordem por seu intento salvífico e sua eficiência na prática de catequização atendia os interesses da Coroa Portuguesa, conquistando, assim, condições de privilégio frente a outras ordens religiosas.**

b) Relacione a condição de privilégios dos jesuítas junto à Coroa Portuguesa no período anterior à União Ibérica e a amplitude de sua atuação na América Portuguesa no período.

**Resposta: Os jesuítas desfrutavam de condições de privilégio nesse período, tais como a promulgação de um alvará emitido por D. João III em 1552 ordenando o fornecimento mensal de mantimentos e vestuário pelos colonos aos missionários, em 1557 foi ordenado o pagamento anual em dinheiro e alimentos a todos os padres da Companhia de Jesus em atividade na região, em 1564 foi promulgado um novo alvará que previa que os dízimos da colônia fossem revertidos em favor das casas e colégios jesuítas. É preciso relacionar ainda que foi tal condição de privilégios que possibilitou aos jesuítas grande expansão de atuação na América Portuguesa.**

c) Explique o declínio dos privilégios dos jesuítas no período da União Ibérica articulando com a crise sucessória vivida por Portugal em 1580?

**Resposta: Em 1580, Portugal passará por uma crise sucessória após a morte do rei D.Sebastião e D.Henrique I, sendo que o trono foi reivindicado por D. Catarina, duquesa de Bragança, D. Antônio de Portugal e D. Filipe II, rei da Espanha, reivindicaram a Coroa**

**Portuguesa. D. Felipe vence a disputa e D. Sebastião é obrigado a fugir. Durante tal crise sucessória, os jesuítas em apoio a D. Antônio de Portugal encabeçaram uma campanha anti-Felipe II, o que resultou durante o período da União Ibérica em um declínio dos privilégios dos quais desfrutavam anteriormente.**

2) Faça uma leitura atenta dos textos abaixo e responda:

“Depois disso, com licença do Padre Nóbrega, me fui à outra aldeia de 150 casas e fiz ajuntar os moços e fiz-lhes à doutrina em sua própria língua. Achei alguns aqui mui hábeis e de tal capacidade que bem ensinados e doutrinados podiam fazer muito fruto, para o que temos necessidade de um colégio nesta Bahia para ensinar os filhos dos índios”

(Carta do Padre Azpicuelta Navarro, 1551)

“(…) a aldeia é um espaço escolhido e organizado pelo próprio índio, e o “aldeamento” é resultado de uma política feita por vontade dos europeus para concentrar comunidades indígenas”

(Aldeias que não estão no mapa. Entrevista com a Prof<sup>a</sup> Dra Nanci Vieira de Oliveira por Maria Alice Cruz. Jornal da Unicamp, 197, novembro de 2002, p.5)

a) Qual a importância dos aldeamentos e colégios fundados pelos inicianos para consolidação dos ideais da Companhia de Jesus?

**Resposta: Os aldeamentos e colégios não só abrigavam crianças indígenas como exerciam uma função de educação e difusão dos valores e conhecimentos portugueses. Nesses colégios estudavam também os filhos dos colonos. Conduzir a reflexão de maneira que os estudantes possam pensar que ainda que nesses colégios haja um processo de aportuguesamento dos indígenas, seus valores e costumes não desaparecem totalmente, existem trocas culturais, sendo possível pensar que os jesuítas também passam por um processo de “indianização”. Os jesuítas eram mestres de flexibilidade e em alguns permitiam algumas manifestações e permanências de costumes indígenas como forma de mantê-los próximos para receberem a catequização**

b) Por que podemos dizer que os jesuítas, ainda que relativamente protegessem os corpos dos indígenas contribuíram para o processo de colonização dos mesmos.

**Resposta: Os jesuítas não eram em absoluto contra a escravidão indígena, eram contra as formas ilícitas de escravização. Podemos pensar que colocavam alguns limites a essas práticas, o que representava uma relativa proteção aos corpos dos indígenas, todavia a catequese era uma forma de impor a religião portuguesa aos indígenas, contribuindo, assim, para a colonização dos mesmos.**

3) “O índio era o único elemento então disponível para ajudar o colonizador como agricultor, pescador, guia, conhecedor da natureza tropical e, para tudo isso, deveria ser tratado como gente, ter reconhecidas sua inocência e alma na medida do possível. A discussão religiosa e jurídica em torno dos limites da liberdade dos índios se confundiu com uma disputa entre jesuítas e colonos..”

(CALDEIRA, J. A nação mercantilista. São Paulo: Editora 34, 1999 (adaptado))

Descreva a principal razão dos conflitos entre os jesuítas e os colonos portugueses e espanhóis, considerando os interesses divergentes de cada um dos agentes históricos.

**Os colonos tinham interesse na mão de obra indígena para realização de trabalhos nas lavouras e atividades extrativistas que proporcionavam lucros, já os jesuítas acreditavam que deveria haver limites para utilização dessa mão de obra visto que o principal objetivo era salvar a alma dos indígenas através da catequização.**

### **Ampliando**

Em grupos pesquisem sobre as demais ordens religiosas que atuaram na América nos primórdios da colonização:

- franciscanos
- dominicanos
- capuchinhos
- carmelitas
- beneditinos

A pesquisa deve conter quais eram os princípios, ideais e principais formas de atuação dessas ordens. Depois, em data combinada previamente, apresentem a pesquisa aos colegas e socializem as informações.

### Análise de imagem:



A imagem é uma pintura de Victor Meirelles de Lima intitulada “Primeira Missa no Brasil”, datada de 1860. Ela mostra um grupo de pessoas reunidas ao redor de uma figura central vestida com roupas brancas, presumivelmente conduzindo uma cerimônia religiosa, com um fundo de vegetação exuberante e árvores. O cenário parece ser ao ar livre, em um ambiente tropical. A pintura está no Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro

Após a observação da imagem, reflita sobre as seguintes questões:

- Quem são os agentes históricos representados na obra?
- Como esses agentes estão representados pelo autor?
- Pela cena retratada, o que parecem estar fazendo?
- Qual visão histórica essa obra pode nos trazer acerca da relação dos religiosos com os indígenas?

Espera-se que os estudantes percebam a presença dos padres e dos indígenas presentes na cena, o quadro representa a primeira missa realizada no Brasil. Pela cena parece haver uma boa interação entre os presentes, representando talvez uma relação pacífica em que os indígenas aceitam bem os ensinamentos cristãos. Conduzir a reflexão de maneira que os estudantes percebam que aspectos como a resistência dos indígenas não se fazem

presentes na obra. Os estudantes podem ainda fazer um exercício de imaginação pensando como uma outra visão poderia ser retratada, poderiam, por exemplo, aparecer na cena índios fugindo. Note-se ainda que na cena os índios estão parcialmente vestidos, pois os aspectos da nudez indígena também não são evidenciados, apontando mais uma vez para uma possível boa assimilação dos indígenas aos valores portugueses

## Recapitulando:

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1534

Intento salvífico e de expansão da fé cristã

Eficiente na prática de catequização

Atendia aos interesses da Coroa Portuguesa e possuía condições de privilégio diante de outras ordens religiosas

Os padres Manoel de Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira foram importantes jesuítas na América Portuguesa

### 3 Quem foi o padre Antônio Vieira?

#### Padre Antônio Vieira, um homem de ação



**A imagem mostra uma pintura do padre Antônio Vieira idoso com os cabelos brancos, trajando túnica preta. Ele está sentado à mesa, escrevendo com uma pena em um livro aberto.**

Nascido no dia 06 de fevereiro de 1608, em Lisboa, filho de Cristóvão Vieira, funcionário da Coroa, e de Maria Azevedo, o padre Antônio Vieira veio para a América Portuguesa aos seis anos de idade quando seu pai foi nomeado para o cargo de escrivão em Salvador. Sua formação se deu no colégio jesuíta da Bahia e aos 15 anos ingressou na Companhia de Jesus. Em 1626, ainda noviço, tornou-se encarregado de redigir o trabalho da Companhia de Jesus, em carta anual, remetida para os superiores em Lisboa. Em 1633 estreou no púlpito com o sermão “Maria, Rosa Mística”. No ano seguinte ordenou-se padre. Aliando sua formação como jesuíta e a estética barroca em voga, o Padre Antônio Vieira tornou-se um orador incomparável. Pronunciava sermões que se tornaram uma das principais expressões ideológicas e literárias da Contra Reforma, pregando no Brasil, em Portugal e na Itália.

Entre 1653 e 1661 dedicou-se às missões de catequese no Pará e no Maranhão uma vez que dominava sete idiomas indígenas. Buscou negociar com os colonos portugueses que desejavam escravizar os índios no Maranhão. Em 1661 foi expulso do Maranhão por aqueles que não aceitavam suas ideias, retornando para Lisboa. Em 1681 voltou para Salvador, onde se dedicou a ordenar seus sermões para transformá-los em livros, deixando mais de 200 sermões e 700 cartas. Doente e quase cego, fez suas últimas pregações. Morreu em Salvador, Bahia, no dia 17 de junho de 1697.

## Padre Antônio Vieira:

Nasceu em Lisboa em 06 de fevereiro de 1608

Veio aos seis anos de idade para a América Portuguesa

Estudou no colégio jesuíta da Bahia e aos 15 anos ingressou na Companhia de Jesus

Em 1626 tornou-se encarregado de redigir o trabalho da Companhia de Jesus, em carta anual, e remeter para os superiores de Lisboa.

Em 1633, estreou no púlpito com o sermão “Maria, Rosa Mística”

Entre 1653 e 1661 esteve em missões de catequese no Pará e Maranhão

Em 1661 foi expulso do Maranhão por aqueles que não aceitavam suas ideias, retornando para Lisboa

Em 1681 voltou para Salvador, dedicando-se à organização de seus sermões

Faleceu em Salvador no dia 17 de junho de 1697

### 4 O estado do Grão-Pará e Maranhão



Nas terras do Novo Mundo, os reis ibéricos seguiram a lógica de “dividir para governar”, ou seja, dividiam o território em unidades administrativas menores para facilitar o controle e estímulos à ocupação e povoamento das regiões. Foi durante a União Ibérica, quando Portugal estava sob o domínio da Coroa de Castela, que ocorreu a fundação do estado do Maranhão e Grão Pará. Conforme o historiador Luiz Antônio Sabeh, em 1608 o rei espanhol Filipe III criou as repartições Sul e Norte com o intuito de dividir a administração das capitanias do Brasil, porém tal divisão não durou muito tempo. Em 1621, o monarca dividiu a colônia em duas

unidades administrativas: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, que compreendia as capitanias do Maranhão, Pará, Piauí e Ceará.

Assim, a América Portuguesa ficará neste período dividida em dois estados: estado do Brasil com capital em Salvador e estado do Maranhão com capital em São Luís. Haverá duas unidades administrativas diferentes, mas ambas subordinadas a Portugal que, na época, estava sob o domínio espanhol, conforme o mapa abaixo:



**A imagem mostra a América Portuguesa em 1766 dividida em “Estado do Grão-Pará e Maranhão” destacado em amarelo e “Estado do Brasil”**

Consideremos ainda que, nesse momento, as duas principais atividades econômicas das colônias (portuguesas e espanholas) eram a agricultura e o extrativismo, sendo a segunda uma atividade mais lucrativa. Como as regiões do Maranhão e do Pará apresentavam grande potencial extrativista de produtos como baunilha, guaraná e cacau, podemos compreender os interesses da Coroa de Castela em promover o povoamento da região. Os colonos que estavam aqui na América tinham interesse em expandir suas atividades econômicas e a Coroa ibérica ansiava pelos lucros oriundos dessas atividades.

Após a Restauração da Independência de Portugal em 1640, cresceu também o interesse do governo português na região devido a necessidade de recuperar os prejuízos econômicos causados pela Guerra de Restauração, as atividades agrícolas e de extração de produtos no estado do Grão-Pará e Maranhão poderiam ajudar Portugal a sair do vermelho

Guerra de Restauração - Confronto entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela que ocorreu entre 1640 e 1668 a fim de recuperar a autonomia política de Portugal

Digno de nota ainda é que existia nesse momento uma grande necessidade de mão de obra indígena para trabalhar nas fazendas locais e a presença dos jesuítas e a sua relação com os indígenas, defendendo a não escravização desses, gerou muitos conflitos com os colonos, que viam na mão de obra indígena uma oportunidade econômica. A lei de 1655 que conferia aos jesuítas o poder sobre os índios aumentou tais tensões, bem como, as denúncias de que os jesuítas se utilizam dos serviços indígenas nos aldeamentos. Assim, podemos perceber que em meados do século XVII estavam travados os conflitos entre colonos e missionários na região do Maranhão e se destaca a atuação de Padre Antônio Vieira nesse contexto uma vez que ele foi enviado à região justamente mediar tais conflitos, defendendo os direitos dos indígenas e enfrentando a resistência daqueles que se beneficiavam da escravização.

### **Saiba Mais**

Na imagem abaixo estão, respectivamente, as formas em natura do cacau, guaraná e baunilha, matérias-primas dos produtos industrializados: chocolate, refrigerante de guaraná e essência de baunilha utilizada em bolos e receitas culinárias.



**Na imagem há três fotografias de plantas. A primeira foto mostra vagens de cacau com formato ovalado e achatado nas extremidades, da cor laranja claro, pendurados em um galho com folhas. A segunda foto apresenta bagas de guaraná, arredondadas da cor laranja brilhante com sementes pretas. A terceira foto destaca flores de baunilha, amarelas e brancas, com pétalas alongadas.**

### Mãos à obra

1) Explique de que maneira a política espanhola de “dividir para governar” esteve presente na criação do estado do Maranhão, explicitando de que maneira essa prática facilitaria o controle das terras coloniais e quais os interesses específicos na região.

**Resposta:** Foi pela lógica dos reis ibéricos de “dividir para governar” que o estado do Maranhão foi fundado, pois anteriormente o rei espanhol havia criado as repartições Sul e Norte com o intuito de dividir a administração das capitanias do Brasil, mas tal divisão não durou muito tempo. Em 1621, o monarca dividiu a colônia em duas unidades administrativas: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, que compreendia as capitanias do Maranhão, Pará, Piauí e Ceará. Tal divisão poderia facilitar o controle e ocupação da região, tratava-se de uma região que atraía grande interesse, tanto de portugueses, quanto de espanhóis, pois era uma região com grande potencial extrativista de produtos como cacau, baunilha e guaraná, atividade mais lucrativa que a agricultura no período.

2) Explique de que forma a Restauração da Independência de Portugal em 1640 influenciou a exploração econômica do Maranhão?

**Resposta:** Após o fim da União Ibérica, Portugal estava “no vermelho” devido aos custos da Guerra de Restauração, assim, o desenvolvimento da agricultura e o potencial extrativista da região poderiam ajudar Portugal a se recuperar economicamente.

3) Leia o texto abaixo:

“As rixas em matéria de sucessão, sobretudo até 1652, são contínuas. Nesse ano a Câmara do Pará obtém da Coroa a extinção do Estado, como unidade de governo, e a nomeação de dois capitães-mores independentes. Chega o Padre Vieira e manda dizer ao rei que “menos mal será um ladrão que dois...” Vem, entretanto - a par da lei de 9 de abril de 1655, que dá aos jesuítas todo o poder sobre os índios -, a nomeação do íntegro André Vidal de Negreiros para o Maranhão “restaurado”, isto é, reunificado.”

(Aziz N. Ab’Saber, 2008, p.30)

Explique os motivos dos conflitos entre os colonos e os jesuítas na região do Maranhão, elucidando o efeito da lei de 1655 nesses conflitos?

**Resposta:** Os colonos têm interesse em utilizar a mão de obra indígena enquanto os jesuítas buscavam impor limites às práticas de escravização, soma-se a isso o fato de os missionários se utilizarem dos serviços indígenas nos aldeamentos, alegando que era justificável a utilização dos serviços indígenas desde que esses estivessem recebendo os ensinamentos cristãos através da catequese; para os religiosos era legítimo utilizar os serviços indígenas quando necessário, o que não poderia ocorrer eram as práticas ilícitas de escravização. Dessa forma, estavam travados os conflitos entre colonos e jesuítas, o que foi agravado pela promulgação da lei de 9 de abril de 1655 que concede aos jesuítas todo o poder sobre os índios.

#### **Atividade complementar**

1)O que atraiu o interesse do governo espanhol e, posteriormente, do português, para o Maranhão?

- a)Seu grande potencial extrativista
- b)As atividades missionárias
- c)A presença indígena
- d)Suas riquezas minerais
- e)As plantações de café

#### **Resposta: A**

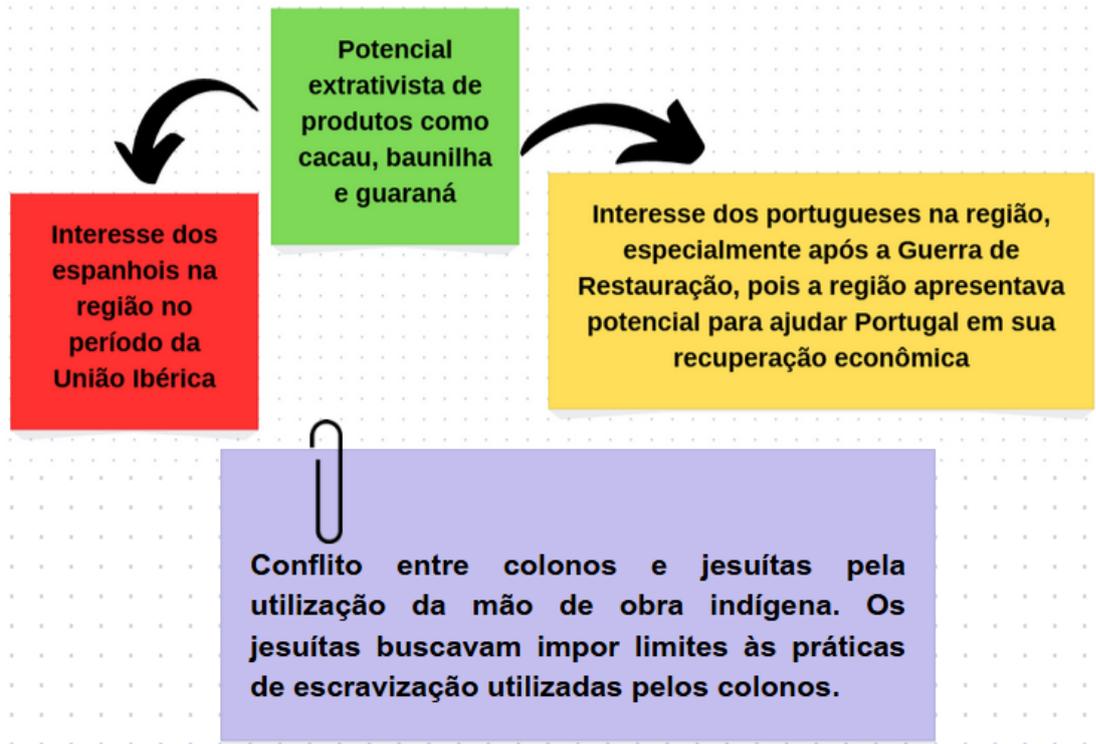
2) Como era a relação entre os jesuítas e os indígenas em relação aos colonos?

- a)Conflitos, devido ao interesse econômico dos colonos na mão de obra indígena
- b)Compartilhamento de recursos
- c)Colaboração mútua
- d)Respeito às culturas indígenas
- e)Adoção de políticas pacifistas

#### **Resposta: A**

## Recapitulando:

### O estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII



## 5 Os anos 50 da produção de Vieira

Conforme estudamos anteriormente, em meados do século XVII, o padre Antônio Vieira partiu para o Maranhão a fim de mediar os conflitos entre os colonos e os jesuítas na região. Estudaremos agora dois sermões marcantes desse período, sendo eles: o “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma”, pregado em São Luís do Maranhão no ano de 1653 e o “Sermão de Santo Antônio aos Peixes”, pregado também em São Luís do Maranhão no ano de 1654. Um dos aspectos notáveis da oratória de Vieira é a referência a textos Bíblicos para falar de problemas da época em que vivia e do contexto social em que estava atuando.

### 1-Sermão da Primeira Dominga da Quaresma, pregado em São Luís do Maranhão-1653

O “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma”, pregado em São Luís do Maranhão em 1653, também conhecido como “Sermão das Tentações”, é um discurso que combate a escravidão indígena. Nele, o padre Antônio Vieira utiliza um episódio bíblico para falar sobre problemas que observou no Maranhão. Nesse sermão, o missionário se refere às tentações que

Cristo enfrentou durante os quarenta dias no deserto, destacando os truques usados pelo demônio para tentar as pessoas. Ele foca principalmente na última tentação, onde o demônio oferece a Cristo todos os reinos e glórias do mundo em troca de sua alma.

Vieira estrutura sua argumentação em uma dualidade: “alma” e “corpo”. Ele explica que valorizamos mais as coisas do mundo porque a alma é invisível e não conseguimos medir seu valor, enquanto o demônio, sendo um espírito, consegue e oferece o mundo em troca de uma alma. Assim, mostra como é insensato trocar a alma por bens e glórias mundanas, usando exemplos bíblicos como Judas, que vendeu Jesus e sua alma por dinheiro, e José, que foi vendido por seus irmãos por um preço baixo. Ele também menciona figuras históricas como Júlio César e Alexandre Magno para exemplificar o castigo divino para aqueles que se enriqueceram explorando o trabalho dos outros. Dessa forma, dirige sua crítica diretamente aos colonos maranhenses que estavam perdendo suas almas por manterem índios cativos.

No entanto, Vieira não é em absoluto contra a escravidão indígena posto que reconhece a necessidade de seus trabalhos para manutenção da colônia, o que busca estabelecer em sua argumentação é a diferença entre as formas lícitas e ilícitas de escravidão indígena, combatendo, sobretudo, as formas ilícitas. Como formas lícitas de escravidão para o autor, podemos citar:

- Índios capturados em rituais de canibalismo
- Vendidos como escravos por inimigos em guerras. Nesse caso, haveria um julgamento para decidir se a guerra era justa. Se fosse considerada justa, os índios trabalhariam para os colonos por seis meses do ano, alternando a cada dois meses, e nos outros seis meses cuidariam de suas próprias plantações e famílias. Se a guerra fosse considerada injusta, os índios seriam verdadeiramente escravos e distribuídos entre os colonos.
- Índios que já estavam trabalhando nas casas dos colonos e que recebessem a oferta de liberdade poderiam escolher continuar trabalhando, sem que isso fosse considerado ilegítimo.

SERMÃO DA PRIMEIRA DOMINGA DA QUARESMA,

Na cidade de S. Luís do Maranhão, ano de 1653.

Haec omnia tibi dabo, si cadens adoraveris me.

O Domingo das tentações e das vitórias. As ofertas, conselhos e petições que faz o demônio a Cristo para tentá-lo. Assunto do sermão: a última tentação do demônio a Cristo.

Oh! que temeroso dia! Oh! que venturoso dia! Estamos no dia das tentações do demônio, e no dia das vitórias de Cristo. Dia em que o demônio se atreve a tentar em campo aberto ao mesmo Filho de Deus. (...)

É possível que promete o demônio um mundo por uma só adoração, por um só pecado? O demônio e o valor das almas. Em que andou errado o demônio ao oferecer a Cristo mundos? As balanças em que se pesam as almas. Se Cristo recebesse o mundo todo, e ficasse senhor dele, e entregasse sua alma ao demônio, ficaria bom mercador, faria bom negócio? O que fez hoje o demônio por uma alma alheia. A que diferente preço compra hoje o demônio as almas no Maranhão.

(...)

Toma o demônio pela mão a Cristo, leva-o a um monte mais alto que essas nuvens, mostra-lhe dali os reinos, as cidades, as cortes de todo o mundo, e suas grandezas, e diz-lhe desta maneira: Haec omnia tibi dabo, si cadens adoraveris me (Mt. 4, 9): Tudo isto te darei, se dobrando o joelho me adorares. - Há tal proposta? Vem cá, demônio, sabes o que dizes, ou o que fazes? É possível que promete o demônio um mundo por uma só adoração? É possível que oferece o demônio um mundo por um só pecado? É possível que não lhe parece muito ao demônio dar um mundo só por uma alma? Não, porque a conhece, e só quem conhece as coisas, as sabe avaliar. Nós, os homens, como nos governamos pelos sentidos corporais, e a nossa alma é espiritual, não a conhecemos; e como não a conhecemos, não a estimamos, e por isso a damos tão barata. Porém, o demônio, como é espírito, e a nossa alma também espírito, conhece muito bem o que ela é; e como a conhece, estima-a, e estima-a tanto, que do primeiro lança oferece por uma alma o mundo todo, porque vale mais uma alma que todo o mundo. Vede se as tentações do demônio, que nos servem de ruína, nos podem servir de exemplo. Aprendamos sequer do demônio a avaliar e a estimar nossas almas. Fique-nos, cristãos, que vale mais uma alma que todo o mundo. E é tão manifesta verdade esta, que até o demônio, inimigo capital das almas, a não pode negar. (...)

Cristo de joelhos diante do diabo? Sim. Quando lhe oferecia o mundo, não o pôde conseguir; tanto que lhe quis levar uma alma, logo o teve a seus pés. Para que acabemos de entender os homens cegos, que vale mais a alma de cada um de nós que todo um mundo. As

coisas estimam-se e avaliam-se pelo que custam. Que lhe custou a Cristo uma alma, e que lhe custou o mundo? O mundo custou-lhe uma palavra: Ipse dixit, et facta sunt - uma alma custou-lhe a vida, e o sangue todo. Pois, se o mundo custa uma só palavra de Deus, e a alma custa todo o sangue de Deus, julgai se vale mais uma alma que todo o mundo. Assim o julga Cristo, e assim o não pode deixar de confessar o mesmo demônio. E só nós somos tão baixos estimadores de nossas almas, que lhas vendemos pelo preço que vós sabeis.

Espantamo-nos que Judas vendesse a seu Mestre e a sua alma por trinta dinheiros, e quantos há que andam rogando com ela ao demônio por menos de quinze! Os irmãos de José eram onze, e venderam-no por vinte dinheiros; saiu-lhes por menos de dois dinheiros cada um. Oh! se consideráramos bem os nada por que vendemos a nossa alma! (...) Cuidaríeis que vos havia de dizer que nas balanças de S. Miguel, o Anjo, onde as almas se pesam? Não quero tanto: digo que as peseis nas balanças do mesmo demônio, e eu me dou por contente. Tomai as balanças do demônio na mão, ponde de uma parte o mundo todo, e da outra uma alma, e achareis que pesa mais a vossa alma que todo o mundo. (...)

Suponhamos, primeiramente, que o demônio no seu oferecimento falava verdade, e que podia e havia de dar o mundo; suponhamos mais que Cristo não fosse Deus, senão um puro homem, e tão fraco que pudesse e houvesse de cair na tentação. Pergunto: se este homem recebesse o mundo todo, e ficasse senhor dele, e entregasse sua alma ao demônio, ficaria bom mercador? Faria bom negócio? O mesmo Cristo o disse noutra ocasião: Quid prodest homini, si mundum universum lucretur, animae vero suae detrimentum patiatur (Mt. 16, 26)? Que lhe aproveita ao homem ser senhor de todo o mundo, se tem a sua alma no cativeiro do demônio? - Oh! que divina consideração! Alexandre Magno e Júlio César foram senhores do mundo; mas as suas almas agora estão ardendo no inferno, e arderão por toda a eternidade. Quem me dera agora perguntar a Júlio César e a Alexandre Magno, que lhes aproveitou haverem sido senhores do mundo, e se acharam que foi bom contrato dar a alma pelo adquirir. - Alexandre, Júlio, foi bom serdes senhores do mundo todo, e estardes agora onde estais? - Já que eles me não podem responder, respondi-me vós. Pergunto: Tomáreis agora algum de vós ser Alexandre Magno? Tomáreis ser Júlio César? Deus nos livre. Como! se foram senhores de todo o mundo? É verdade, mas perderam as suas almas. Oh! cegueira! E para Alexandre, para Júlio César, parece-vos mau dar a alma por todo o mundo, e para vós parece-vos bom dar a alma pelo que não é mundo, nem tem de mundo o nome? (...) A que diferente preço compra hoje o demônio as almas, do que oferecia por elas antigamente! Já nesta nossa

terra vos digo eu! Nenhuma feira tem o demônio no mundo onde lhe saiam mais baratas: no nosso Evangelho ofereceu todos os remos do mundo por uma alma, no Maranhão não é necessário ao demônio tanta bolsa para comprar todas: não é necessário oferecer mundos, não é necessário oferecer reinos, não é necessário oferecer cidades, nem vilas, nem aldeias. Basta acenar o diabo com um tujupar de pindoba, e dois tapuias, e logo está adorado com ambos os joelhos: Si cadens adoraveris me- Oh! que feira tão barata! Negro por alma, e mais negra ela que ele! Esse negro será teu escravo esses poucos dias que viver, e a tua alma será minha escrava por toda a eternidade, enquanto Deus for Deus. Este é o contrato que o demônio faz convosco, e não só lho aceitais, senão que lhe dais o vosso dinheiro em cima. A mais grave e a mais útil matéria que tem o Estado do Maranhão. Os pecados do Maranhão, e a resolução do pregador de só dizer a verdade. O cativo de Israel no Egito, e os cativos injustos do Maranhão. Quem trouxe ao Maranhão a praga dos holandeses, a praga das bexigas, a fome e a esterilidade? (...) Sabeis, cristãos, sabeis, nobreza e povo do Maranhão, o qual é o jejum que quer Deus de vós esta quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça, e que deixeis ir livres os que tendes cativos e oprimidos. Estes são os pecados do Maranhão, estes são os que Deus me manda que vos anuncie: Annuntia populo meo scelera eorum- Cristãos, Deus me manda enganar-vos, e eu vos enganarei da parte de Deus. Todos estais em pecado mortal, todos viveis e morreis em estado de condenação, e todos vos ides direitos ao inferno. Já lá estão muitos, e vós também estareis cedo com eles, se não mudardes de vida. Pois, valha-me Deus! Um povo inteiro em pecados? Um povo inteiro ao inferno? Quem se admira disto não sabe que coisa são cativos injustos. Desceram os filhos de Israel ao Egito, e, depois da morte de José, cativou-os el-rei Faraó, e servia-se deles como escravos. Quis Deus dar liberdade a este miserável povo, mandou lá Moisés, e não lhe deu mais escolta que uma vara. Achou Deus que para pôr em liberdade cativos, bastava uma vara, ainda que fosse libertá-los de um rei tão tirano como Faraó, e de uma gente tão bárbara como a do Egito. Não quis Faraó dar liberdade aos cativos, começam a chover as pragas sobre ele. A terra se convertia em rãs, o ar se convertia em mosquitos, os rios se convertiam em sangue, as nuvens se convertiam em raios e em coriscos, todo o Egito assombrado e perecendo! Sabeis quem traz as pragas às terras? Cativos injustos. Quem trouxe ao Maranhão a praga dos holandeses? Quem trouxe a praga das bexigas? Quem trouxe a fome e a esterilidade? Estes cativos. (...) Se vós tivéreis verdadeira fé, se vós crêis verdadeiramente na imortalidade da alma, se vós crêis que há inferno para toda a eternidade, bem me rio eu que quisésseis ir lá pelo cativo de um tapuia. (...) Todo o homem que deve serviço ou liberdade alheia, e,

podendo a restituir, não restitui, é certo que se condena: todos, ou quase todos os homens do Maranhão, devem serviços e liberdades alheias, e, podendo restituir, não restituem: logo, todos ou quase todos se condenam. (...) A uns condena-os a certeza, a outros a dúvida, a outros a ignorância. Aos que têm certeza, condena-os o não restituírem; aos que têm dúvida, condena-os o não examinarem; aos que têm ignorância, condena-os o não saberem, quando tinham obrigação de saber. (...) Melhor é sustentar do suor próprio que do sangue alheio. Resposta aos que dizem que o Estado do Maranhão não se pode sustentar sem índios. Modo pelo qual, com muito pouca perda temporal, se podem segurar as consciências de todos os moradores deste Estado, e, com muito grandes interesses, se podem melhorar suas conveniências para o futuro. Qual será o preço dos chamados meios cativos, com que se lhes pagará o trabalho do seu serviço. (...) Este povo, esta república, este Estado, não se pode sustentar sem índios. Quem nos há de ir buscar um pote de água, ou um feixe de lenha? Quem nos há de fazer duas covas de mandioca? Hão de ir nossas mulheres? Hão de ir nossos filhos? Primeiramente, não são estes os apertos em que vos hei de pôr, como logo vereis; mas, quando a necessidade e a consciência obriguem a tanto, digo que sim, e torno a dizer que sim: que vós, que vossas mulheres, que vossos filhos, e que todos nós nos sustentássemos dos nossos braços, porque melhor é sustentar do suor próprio que do sangue alheio. Ah! fazendas do Maranhão, que se esses mantos e essas capas se torceram, haviam de lançar sangue! (...) Mas, bom ânimo, senhores meus, que não é necessário chegar a tanto nem a muito menos. Estudei o ponto com toda a diligência e com todo o afeto, e, seguindo as opiniões mais largas e mais favoráveis, venho a reduzir as coisas a estado que entendo que, com muito pouca perda temporal, se podem segurar as consciências de todos os moradores deste Estado, e com muitos grandes interesses podem melhorar suas conveniências para o futuro. Dai-me atenção. Todos os índios deste Estado, ou são os que vos servem como escravos, ou os que moram nas aldeias de el-rei como livres, ou os que vivem no sertão em sua natural e ainda maior liberdade, os quais por esses rios se vão comprar ou resgatar - como dizem - dando o piedoso nome de resgate a uma venda tão forçada e violenta, que talvez se faz com a pistola nos peitos. Quanto àqueles que vos servem, todos nesta terra são herdados, havidos, e possuídos de má-fé, segundo a qual não farão pouco - ainda que o farão facilmente - em vos perdoar todo o serviço passado. Contudo, se depois de lhes ser manifesta esta condição de sua liberdade, por serem criados em vossa casa, e com vossos filhos, ao menos os mais domésticos, espontânea e voluntariamente vos quiserem servir, e ficar nela, ninguém, enquanto eles tiverem esta vontade, os poderá apartar de vosso serviço. E que se fará de

alguns deles, que não quiserem continuar nesta sujeição? Estes serão obrigados a ir viver nas aldeias de el-rei, onde também vos servirão na forma que logo veremos. Ao sertão se poderão fazer todos os anos entradas, em que verdadeiramente se resgatem os que estiverem - como se diz - em cordas, para ser comidos, e se lhes comutará esta crueldade em perpétuo cativo. Assim serão também cativos todos os que sem violência forem vendidos como escravos de seus inimigos, tomados em justa guerra, da qual serão juízes o governador de todo o Estado, o ouvidor-geral, o vigário do Maranhão ou Pará, e os prelados das quatro religiões, carmelitas, franciscanos, mercenários, e da Companhia de Jesus. Todos os que deste juízo saírem qualificados por verdadeiramente cativos, se repartirão aos moradores pelo mesmo preço por que foram comprados. E os que não constar que a guerra em que foram tomados fora justa, que se fará deles? Todos serão aldeados em novas povoações, ou divididos pelas aldeias que hoje há, donde, repartidos com os demais índios delas pelos moradores, os servirão em seis meses do ano alternadamente de dois em dois, ficando os outros seis meses para tratarem de suas lavouras e famílias. De sorte que nesta forma todos os índios deste Estado servirão aos portugueses, ou como própria e inteiramente cativos, que são os de corda, os de guerra justa, e os que livre e voluntariamente quiserem servir, como dissemos dos primeiros; ou como meios cativos, que são todos os das antigas e novas aldeias, que, pelo bem e conservação do Estado, me consta que, sendo livres, se sujeitaram a nos servir e ajudar a metade do tempo de sua vida. Só resta saber qual será o preço destes que chamamos meios cativos, ou meios livres, com que se lhes pagará o trabalho do seu serviço. É matéria de que se rirá qualquer outra nação do mundo, e só nesta terra se não admira: O dinheiro desta terra é pano de algodão, e o preço ordinário por que servem os índios, e servirão cada mês, são duas varas deste pano, que valem dois tostões! Donde se segue que por menos de sete réis de cobre servirá um índio cada dia! Coisa que é indigna de se dizer, e muito mais indigna de que, por não pagar tão leve preço, haja homens de entendimento e de cristandade, que quieriam condenar suas almas, e ir ao inferno (...)

### **Análise de fontes**

1) Explique a dualidade “corpo” e “alma” presente na argumentação de Vieira, utilizando-se de exemplos do texto.

**Resposta: Vieira utiliza-se da dualidade “corpo” e “alma” colocando o “corpo” como parte do “visível” e a alma como parte do “invisível” tal como pode ser percebido no**

fragmento “Nós, os homens, como nos governamos pelos sentidos corporais, e a nossa alma é espiritual, não a conhecemos; e como não a conhecemos, não a estimamos, e por isso a damos tão barata. Porém, o demônio, como é espírito, e a nossa alma também espírito, conhece muito bem o que ela é; e como a conhece, estima-a, e estima-a tanto, que do primeiro lança oferece por uma alma o mundo todo, porque vale mais uma alma que todo o mundo”

2) Por que Vieira condena as práticas escravagistas dos colonos maranhenses, chamando-os de “insensatos”? Justifique sua resposta, utilizando-se de elementos do texto.

**Resposta: Vieira considera que ao manter práticas escravagistas estavam cometendo um pecado e condenando suas almas, considerando uma insensatez “venderem suas almas” por coisas tão pequenas se, conforme a análise feita pelo padre na passagem bíblica citada, o próprio demônio ao oferecer a Cristo todo o mundo em troca de uma alma, está dizendo o quanto uma alma vale mais do que todo o mundo. “(...) A que diferente preço compra hoje o demônio as almas, do que oferecia por elas antigamente! Já nesta nossa terra vos digo eu! Nenhuma feira tem o demônio no mundo onde lhe saiam mais baratas: no nosso Evangelho ofereceu todos os remos do mundo por uma alma, no Maranhão não é necessário ao demônio tanta bolsa para comprar todas: não é necessário oferecer mundos, não é necessário oferecer reinos, não é necessário oferecer cidades, nem vilas, nem aldeias. Basta acenar o diabo com um tujupar de pindoba, e dois tapuias, e logo está adorado com ambos os joelhos: Si cadens adoraveris me- Oh! que feira tão barata!”**

3) Uma das características dos sermões do padre Antônio Vieira é a chamada “decolagem do texto bíblico”, ou seja, o autor se utiliza de passagens bíblicas para abordar os problemas da sociedade em que vivia. Cite e explique um exemplo disso presente no “Sermão da Primeira Domingo da Quaresma”.

**Resposta: Pode-se citar o início do sermão em que ele parte de uma passagem bíblica da tentação de Cristo “Toma o demônio pela mão a Cristo, leva-o a um monte mais alto que essas nuvens, mostra-lhe dali os reinos, as cidades, as cortes de todo o mundo, e suas grandezas, e diz-lhe desta maneira: Haec omnia tibi dabo, si cadens adoraveris me (Mt. 4, 9)” para colocar aos colonos que estavam “vendendo suas almas” ao escravizarem ilicitamente os indígenas ou o episódio que relaciona as pragas do Egito pelo cativo dos hebreus com “pragas” no Maranhão pelos cativos indígenas. “ Desceram os filhos de Israel ao Egito, e, depois da morte de José, cativou-os el-rei Faraó, e servia-se deles como**

escravos. Quis Deus dar liberdade a este miserável povo, mandou lá Moisés, e não lhe deu mais escolta que uma vara. Achou Deus que para pôr em liberdade cativos, bastava uma vara, ainda que fosse libertá-los de um rei tão tirano como Faraó, e de uma gente tão bárbara como a do Egito. Não quis Faraó dar liberdade aos cativos, começam a chover as pragas sobre ele. A terra se convertia em rãs, o ar se convertia em mosquitos, os rios se convertiam em sangue, as nuvens se convertiam em raios e em coriscos, todo o Egito assombrado e perecendo! Sabeis quem traz as pragas às terras? Cativeiros injustos. Quem trouxe ao Maranhão a praga dos holandeses? Quem trouxe a praga das bexigas? Quem trouxe a fome e a esterilidade? Estes cativeiros. (...)”

4) Apesar das veementes condenações aos colonos que mantinham índios cativos, Vieira não era em absoluto contra o cativo indígena, fazendo uma distinção entre formas lícitas e ilícitas de escravidão. Descreva abaixo quais eram as formas lícitas, segundo o autor.

**Resposta: São consideradas formas lícitas de escravidão aos índios que forem capturados em ritos de antropofagia ou sendo vendidos como escravos de inimigos em casos de guerras, havendo nesse caso um julgamento, se nesse julgamento a guerra em que estavam sendo vendidos for considerada justa, esses servirão aos moradores durante seis meses do ano, alternando de dois em dois, e ficando outros seis para que pudessem cuidar de sua própria lavoura e família; já se a guerra for considerada injusta os índios serão verdadeiramente cativos, sendo distribuídos entre os moradores. Havia também aqueles que já estando a serviço dos moradores em suas casas e lhes fosse oferecida a liberdade, poderiam, se desejassem, permanecer prestando seus serviços, não havendo nenhuma ilegitimidade nesses casos.**

## **2 - Sermão de Santo Antônio aos Peixes – 1654**

O “Sermão de Santo Antônio aos Peixes” foi pregado por Padre Antônio Vieira em São Luís do Maranhão, em 1654. Neste sermão, Vieira criticou as diversas formas de corrupção que assolavam a colônia, a exploração dos serviços indígenas e os colonos não ouvirem a mensagem dos pregadores e, assim, se afastarem tanto do Evangelho de Cristo.

Vieira inicia o sermão com um versículo bíblico, “Vos estis sal terrae” (Vocês são o sal da terra), para falar sobre a importância de manter a pureza moral, combatendo a corrupção, referindo-se ao papel dos pregadores, incluindo ele mesmo, o de “salgar”, ou seja, de transmitir as lições divinas e repreender aqueles que se desviavam desses ensinamentos. O missionário também inicia o sermão lembrando a passagem em que Santo Antônio ao perceber que as

peças não ouviam suas palavras supostamente foi ao mar pregar para os peixes, da mesma forma, Vieira, sentindo que os colonos maranhenses também não o ouviam, disse que naquele dia pregaria aos peixes.

Neste sermão, demonstra um grande pessimismo em relação aos homens, posto que considera que os peixes estão entre os animais mais felizes por serem aqueles que mais distância conseguem manter dos homens. Ao mencionar o episódio do dilúvio bíblico considera que os peixes foram salvos porque ao estarem longe dos homens, guardaram-se da corrupção. A corrupção é tema recorrente nessa pregação, Vieira critica duramente os peixes grandes que “devoram” os pequenos, considerando ainda que esses serão “devorados” por sua vez por peixes maiores e receberão o castigo divino.

Vos estis sal terræ(3) (S. Mateus, V)

Vós, diz Cristo Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra, porque quer que façam na terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra se não deixa salgar. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhe dão, a não querem receber. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores dizem uma coisa e fazem outra; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes querem antes imitar o que eles fazem, que fazer o que dizem. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores se pregam a si e não a Cristo; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, em vez de servir a Cristo, servem a seus apetites. Não é tudo isto verdade? Ainda mal. Suposto, pois, que, ou o sal não salgue ou a terra se não deixe salgar; que se há-de fazer a este sal, e que se há-de fazer a esta terra? O que se há-de fazer ao sal que não salga? (...) Se o sal perder a substância e a virtude, e o pregador faltar à doutrina e ao exemplo, o que se lhe há-de fazer é lançá-lo fora como inútil, para que seja pisado de todos. Quem se atrevera a dizer tal coisa, se o mesmo Cristo a não pronunciara? Assim como não há quem seja mais digno de reverência e de ser posto sobre a cabeça que o pregador que ensina e faz o que deve; assim é merecedor de todo o desprezo e de ser metido debaixo dos pés o que com a palavra ou com a vida prega o contrário. Isto é o que se deve fazer ao sal que não salga. E à terra, que se não deixa salgar, que se lhe há-de fazer? Este ponto não resolveu Cristo Senhor nosso no Evangelho; mas temos sobre ele a resolução do nosso grande

português Santo António, que hoje celebramos, e a mais galharda e gloriosa resolução que nenhum santo tomou.

Pregava Santo António em Itália na cidade de Arimino, contra os hereges, que nela eram muitos; e como erros de entendimento são dificultosos de arrancar<sup>(14)</sup>, não só não fazia fruto o santo, mas chegou o povo a se levantar contra ele, e faltou pouco para que lhe não tirassem a vida. Que faria neste caso o ânimo generoso do grande António? Sacudiria o pé dos sapatos, como Cristo aconselha em outro lugar? Mas António com os pés descalços não podia fazer esta protesta; e uns pés, a que se não pegou nada da terra, não tinham que sacudir. Que faria logo? Retirar-se-ia? Calar-se-ia? Dissimularia? Daria tempo ao tempo? Isso ensinaria porventura a prudência, ou a covardia humana; mas o zelo da glória divina, que ardia naquele peito, não se rendeu a semelhantes partidos. Pois que fez? Mudou somente o púlpito e o auditório, mas não desistiu da doutrina. Deixa as praças, vai-se às praias; deixa a terra, vai-se ao mar, e começa a dizer a altas vozes: Já que me não querem ouvir os homens, ouçam-me os peixes. Oh, maravilhas do Altíssimo Oh, poderes do que criou o mar e a terra! Começam a ferver as ondas, começam a concorrer os peixes, os grandes, os maiores, os pequenos, e postos todos por sua ordem com as cabeças de fora da água, António pregava e eles ouviam. (...) Isto suposto, quero hoje, à imitação de Santo António, voltar-me da terra ao mar e, já que os homens se não aproveitam, pregar aos peixes. O mar está tão perto que bem me ouvirão. Os demais podem deixar o sermão, pois não é para eles.

(...) No tempo de Noé sucedeu o dilúvio que cobriu e alagou o mundo, e de todos os animais quais se livraram melhor? Dos leões escaparam dois, leão e leoa, e assim dos outros animais da terra; das águias escaparam duas, fêmea e macho, e assim das outras aves. E dos peixes? Todos escaparam, antes não só escaparam todos, mas ficaram muito mais largos que dantes, porque a terra e o mar tudo era mar. Pois se morreram naquele universal castigo todos os animais da terra e todas as aves, porque não morreram também os peixes? Sabeis porquê? Diz Santo Ambrósio: porque os outros animais, como mais domésticos ou mais vizinhos, tinham mais comunicação com os homens, os peixes viviam longe e retirados deles. Facilmente pudera Deus fazer que as águas fossem venenosas e matassem todos os peixes, assim como afogaram todos os outros animais. Bem o experimentais na força daquelas ervas com que, infeccionados os poços e lagos da mesma água vos mata; mas como o dilúvio era um castigo universal que Deus dava aos homens por seus pecados, e ao mundo pelos pecados dos homens, foi altíssima providência da divina justiça que nele houvesse esta diversidade

ou distinção, para que o mesmo mundo visse que da companhia dos homens lhe viera todo o mal e que por isso os animais que viviam mais perto deles foram também castigados e os que andavam longe ficaram livres. Vede, peixes, quão grande bem é estar longe dos homens. Perguntado um grande filósofo, qual era a melhor terra do mundo, respondeu que a mais deserta, porque tinha os homens mais longe. (...)

Peixes! Quanto mais longe dos homens, tanto melhor; trato e familiaridade com eles, Deus vos livre! Se os animais da terra e do ar querem ser seus familiares, façam-no muito embora, que com suas pensões o fazem. Cante-lhes aos homens o rouxinol, mas na sua gaiola; diga-lhes ditos o papagaio, mas na sua cadeia; vá com eles à caça o açor, mas nas suas piozes; faça-lhes bufonarias o bugio, mas no seu cepo; contente-se o cão de lhes roer um osso, mas levado onde não quer pela trela; preze-se o boi de lhe chamarem formoso ou fidalgo, mas com o jugo sobre a cerviz, puxando pelo arado e pelo carro; glorie-se o cavalo de mastigar freios dourados, mas debaixo da vara e da espora; e se os tigres e os leões lhe comem a ração da carne que não caçaram no bosque, sejam presos e encerrados com grades de ferro.

(...) Ah moradores do Maranhão, quanto eu vos pudera agora dizer neste caso! Abri, abri estas entranhas; vede, vede este coração. Mas ah sim, que me não lembrava! Eu não vos prego a vós, prego aos peixes. (...)

Olhai como estranha isto Santo Agostinho: *Homines pravis, praeversisque cupiditatibus facti sunt, sicut pisces invicem se devorantes*: «Os homens com suas más e perversas cobiças, vêm a ser como os peixes, que se comem uns aos outros.» Tão alheia cousa é, não só da razão, mas da mesma natureza, que sendo todos criados no mesmo elemento, todos cidadãos da mesma pátria e todos finalmente irmãos, vivais de vos comer! Santo Agostinho, que pregava aos homens, para encarecer a fealdade deste escândalo, mostrou-lho nos peixes; e eu, que prego aos peixes, para que vejais quão feio e abominável é, quero que o vejais nos homens.

(...) Olhai, peixes, lá do mar para a terra. Não, não: não é isso o que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá; para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os Tapuias se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os Brancos. (...) Porque os grandes que têm o mando das cidades e das províncias, não se contenta a sua fome de comer os pequenos um por um, ou poucos a poucos senão que devoram e engolem os povos inteiros: *Qui devorant plebem meam*. E de que modo os devoram e comem? *Ut cibum panis*: não como os outros comeres, senão como pão. A

diferença que há entre o pão e os outros comeres, é que para a carne, há dias de carne, e para o peixe, dias de peixe, e para as frutas, diferentes meses no ano; porém o pão é comer de todos os dias, que sempre e continuamente se come: e isto é o que padecem os pequenos. São o pão quotidiano dos grandes; e assim como o pão se come com tudo, assim com tudo e em tudo são comidos os miseráveis pequenos, não tendo nem fazendo officio em que os não carreguem, em que os não multem, em que os não defraudem, em que os não comam, traguem e devorem: *Qui devorant plebem meam, ut cibum panis*. Parece-vos bem isto, peixes? Representa-se-me que com o movimento das cabeças estais todos dizendo que não, e com olhardes uns para os outros, vos estais admirando e pasmando de que entre os homens haja tal injustiça e maldade! Pois isto mesmo é o que vós fazeis. Os maiores comeis os pequenos; e os muito grandes não só os comem um por um, senão os cardumes inteiros, e isto continuamente sem diferença de tempos, não só de dia, senão também de noite, às claras e às escuras, como também fazem os homens.(...) Se cuidais, porventura, que estas injustiças entre vós se toleram e passam sem castigo, enganais-vos. Assim como Deus as castiga nos homens, assim também por seu modo as castiga em vós. Os mais velhos, que me ouvís e estais presentes, bem vistes neste Estado, e quando menos ouviríeis murmurar aos passageiros nas canoas, e muito mais lamentar aos miseráveis remeiros delas, que os maiores que cá foram mandados, em vez de governar e aumentar o mesmo Estado, o destruíram; porque toda a fome que de lá traziam, a fartavam em comer e devorar os pequenos(").

### Análise de fontes

1-Metalinguagem é uma função da linguagem em que se utiliza o próprio código para explicá-lo, ou seja, escreve-se um texto tratando sobre o próprio processo de escrever. Dessa forma, explique por que o “Sermão de Santo Antônio aos Peixes” de autoria do padre Antônio Vieira pode ser considerado metalinguístico? Cite exemplos do texto capazes de elucidar sua resposta.

**Resposta:** Tal sermão pode ser considerado metalinguístico, pois é um sermão em que o pregador fala sobre a própria arte e dificuldades de se pregar, conforme podemos perceber em alguns trechos como “Vós, diz Cristo Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra, porque quer que façam na terra o que faz o sal.”, “Ou é porque o sal não salga, e os pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhe dão, a não querem receber.”, “(...) Isto suposto, quero hoje, à imitação de Santo

**Antônio, voltar-me da terra ao mar e, já que os homens se não aproveitam, pregar aos peixes. O mar está tão perto que bem me ouvirão. Os demais podem deixar o sermão, pois não é para eles.”**

2-Vieira construiu sua argumentação considerando que a exemplo de Santo Antônio iria pregar aos peixes, pois os homens do Maranhão não o ouviam. Assim, ao longo do sermão se dirige por diversas vezes aos “peixes”, mas a leitura nos permite saber a quem se dirigiam de fato suas reprimendas. Quais são as principais críticas feitas por Vieira e a quem se dirigiam? Cite exemplos do texto capazes de elucidar sua resposta.

**Resposta: Neste sermão Vieira se dirige aos colonos maranhenses como se percebe no trecho “(...) Ah moradores do Maranhão, quanto eu vos pudera agora dizer neste caso! Abri, abri estas entranhas; vede, vede este coração. Mas ah sim, que me não lembrava! Eu não vos prego a vós, prego aos peixes. (...)”, fazendo-lhes severas reprimendas devido às formas de corrupção que estavam acontecendo na colônia, as práticas de escravização dos indígenas, critica os “peixes grandes” que devoram os “pequenos” e o descaso dos colonos com a mensagem dos pregadores, pode-se citar alguns trechos como “Porque os grandes que têm o mando das cidades e das províncias, não se contenta a sua fome de comer os pequenos um por um, ou poucos a poucos senão que devoram e engolem os povos inteiros”, “Quanto mais longe dos homens, tanto melhor; trato e familiaridade com eles, Deus vos livre! Se os animais da terra e do ar querem ser seus familiares, façam-no muito embora, que com suas pensões o fazem. Cante-lhes aos homens o rouxinol, mas na sua gaiola; diga-lhes ditos o papagaio, mas na sua cadeia;”, “(...) Isto suposto, quero hoje, à imitação de Santo Antônio, voltar-me da terra ao mar e, já que os homens se não aproveitam, pregar aos peixes.”**

## Recapitulando

“Anos 50” da produção de Vieira, período em que o referido autor esteve em uma missão no Maranhão para mediar os conflitos entre indígenas, jesuítas e colonos

### Sermão de Santo Antônio aos peixes (1654)

- Metalinguagem - Papel do pregador
- Pessimismo em relação aos homens
- Inconformismo com os colonos que não ouvem os pregadores
- Crítica aos “peixes grandes” que devoram os “pequenos”
- Crítica à corrupção

### Sermão da Primeira Domingo da Quaresma (1653)

- Refências às tentações de cristo, especialmente à última tentação
- Dualidade corpo e alma
- Reprimendas e castigos aos colonos que mantêm índios cativos
- Ressalta as formas lícitas e ilícitas de escravidão indígena

## 6 Os debates intelectuais do período

Os ideais religiosos defendidos por Vieira refletem os valores de sua ordem religiosa. Ele dialogava com outros intelectuais da época, como Frei Bartolomé de Las Casas, que atuou na América Espanhola. Um exemplo importante dos debates intelectuais desse período é a Controvérsia de Valladolid, que envolveu Las Casas e Sepúlveda. Na Espanha, havia uma preocupação com a legalidade das conquistas. Por isso, quem defendia as conquistas precisava justificá-las com uma base filosófica coerente. Isso era diferente de países como Alemanha e Inglaterra, que usavam razões econômicas para justificar suas conquistas. As justificativas para a conquista e escravização dos indígenas baseavam-se em dois argumentos da filosofia de Aristóteles:

1. “Os bárbaros são naturalmente escravos; os índios são bárbaros; logo, os índios são naturalmente escravos.”
2. “É lícito fazer guerra contra os naturalmente escravos para subjugá-los; os índios são naturalmente escravos; logo, é lícito fazer guerra contra os índios para subjugá-los.”

Os debates sobre a escravidão indígena giravam principalmente em torno do primeiro argumento. Se os bárbaros eram naturalmente escravos, era necessário provar que os indígenas eram bárbaros.

Frei Bartolomé de Las Casas nasceu em Sevilha em 1484 e faleceu em Madrid em 1566. Foi um frade dominicano espanhol, cronista, teólogo, político e jurista.. Las Casas chegou ao Novo Mundo em 1502 e ficou conhecido por suas críticas à exploração do trabalho indígenas pelos colonos maranhenses. Ele escreveu várias obras, incluindo “Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias”, onde denunciava os abusos cometidos pelos colonizadores e “Apologética História Sumária”. Ficou conhecido também por envolver-se na Controvérsia de Valladolid contra Sepulveda, importante debate intelectual do período.

A Controvérsia de Valladolid foi um debate significativo realizado entre 1550 e 1551 no Colégio de San Gregorio, em Valladolid, Espanha. Este debate envolveu duas figuras principais: Frei Bartolomé de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda. Las Casas argumentava contra a escravização e maus-tratos dos povos nativos, pois para ele não estava claro se os

indígenas poderiam ser considerados bárbaros e, além disso, baseava-se na defesa de princípios cristãos. Por outro lado, Sepúlveda defendia a conquista e a escravização dos indígenas, utilizando argumentos baseados na filosofia de Aristóteles. Ele afirmava que os indígenas eram bárbaros e, portanto, naturalmente escravos, justificando assim a guerra e a subjugação como meios legítimos de dominação.

A Controvérsia de Valladolid foi importante porque trouxe à tona questões sobre a moralidade da conquista, os direitos humanos e a legitimidade da escravização, temas que ainda ressoam nos debates contemporâneos sobre colonização e direitos dos povos indígenas.

### Mãos à obra

1) Quais as ordens religiosas a que pertenciam o padre Antônio Vieira e o frei Bartolomé de Las Casas, respectivamente?

- a) franciscano e dominicano
- b) dominicano e carmelita
- c) jesuíta e dominicano
- d) inaciano e capuchino
- e) carmelita e capuchino

**Resposta: C**

2) Qual a principal questão debatida na Controvérsia de Valladolid?

- a) A conquista e a colonização da América
- b) A moralidade da guerra e os direitos humanos
- c) O comércio de escravos na África
- d) As indenizações de guerra
- e) A legitimidade da escravidão indígena

**Resposta: E**

## Tarefa

1) Descreva quais os principais argumentos utilizados por Las Casas e Sepúlveda na Controvérsia de Valladolid.

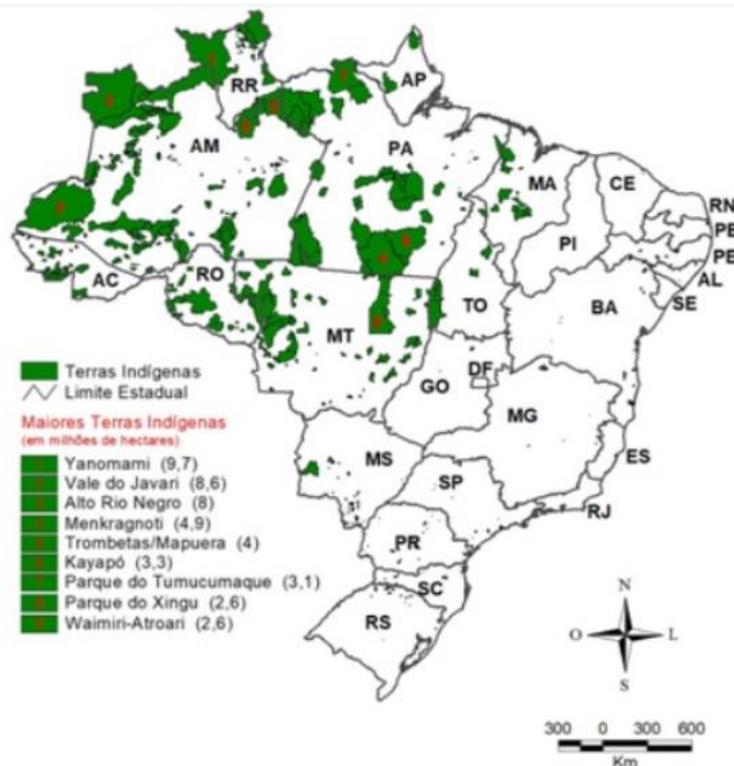
**Resposta:** Sepúlveda defendia a conquista e a escravização dos indígenas, utilizando argumentos baseados na filosofia de Aristóteles. Segundo a filosofia aristotélica os bárbaros são naturalmente escravos, assim, para Sepúlveda, sendo os indígenas bárbaros, esses eram naturalmente escravos e estava legitimada sua escravização, já Las Casas argumentava contra a escravização dos povos nativos, pois para ele não estava claro se os indígenas poderiam ser considerados bárbaros.

2) Quando compreendemos um autor em uma perspectiva de história intelectual, buscamos compreender de que maneira suas ideias intervieram no meio em viveu e também de que formas ideias podem ser manipuladas em prol de determinados interesses. Dessa forma, tendo em vista o que estudamos ao longo dessa sequência didática, utilize o espaço abaixo para discorrer quais foram as intervenções de Vieira, através dos seus ideais, no Maranhão do século XVII. É importante deixar claro ainda qual o problema enfrentado pela sociedade maranhense da época.

**Resposta:** O padre Antônio Vieira foi um jesuíta que viveu no século XVII transitando entre o solo português e brasileiro. Seu pensamento é uma expressão do pensamento de sua ordem religiosa e de seu tempo, com destaque para o intento salvífico e ideal de expansão da fé cristã. Vieira foi enviado para o Maranhão com a missão de mediar os conflitos entre os colonos, jesuítas e indígenas. O interesse econômico na região aumentava a demanda de trabalho e, com isso, crescia também o interesse na utilização da mão de obra indígena. Suas intervenções vieram através de suas pregações em que condena as formas ilícitas de escravidão indígena, considerando que os colonos poderiam manter os trabalhos nas lavouras e salvar suas almas se utilizassem apenas as formas lícitas de escravidão e também se utilizassem dos serviços dos indígenas que voluntariamente lhes quisessem servir. Como representante de sua ordem religiosa Vieira reitera a importância da mensagem cristã tanto aos colonos, quanto aos indígenas. Acredita no papel da catequização, dos aldeamentos e dos colégios jesuítas.

## Ampliando

Atualmente os povos indígenas que vivem em aldeias, nos quais mantêm suas tradições e seu modo de vida, precisam lutar pela demarcação de suas terras, pela preservação de sua cultura e enfrentam invasores. Além do desmatamento e da contaminação dos rios e dos peixes, a invasão do garimpo ilegal provoca conflitos, violências e mortes entre as populações indígenas. Observe o mapa abaixo sobre a distribuição de terras indígenas no Brasil no ano de 2017:



Fonte: Microdados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em Agosto de 2017.

O mapa busca ilustrar as terras indígenas no Brasil de 2017. Podemos ver o contorno do mapa político-administrativo atual do Brasil com seus 26 estados, a divisão está por linha preta. Nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Maranhão e Mato Grosso estão manchas verdes ilustrando as terras indígenas demarcadas. As manchas são maiores nos estados do Amazonas, Pará e Roraima.

Pesquise sobre os debates políticos acerca da demarcação de terras e dos direitos das populações indígenas atualmente no Brasil.

Compartilhe as informações pesquisadas com seus colegas e professores!

**Para refletir:**

Estudamos sobre os debates intelectuais em torno da escravidão indígena no século XVII, os conflitos de ideias e interesses envolvidos. Converse com seus colegas e reflitam agora sobre os atuais debates políticos acerca da demarcação de terras e direitos das populações indígenas no país.

Compartilhem suas reflexões!

**Espera-se que os estudantes consigam relacionar os assuntos estudados ao longo da sequência didática para compreender como se estruturam os debates atuais sobre as questões elencadas.**

### **3 PARTE II - A CRÍTICA DE VIEIRA À ESCRAVIDÃO INDÍGENA: MARANHÃO – SÉCULO XVII**

#### **INTRODUÇÃO**

O artigo que se segue visa apresentar uma análise de fontes realizada na pesquisa intitulada “A crítica do padre Antônio Vieira ao cativo indígena na América Portuguesa do século XVII” cujo objeto de estudo consistiu em compreender o pensamento de Vieira sobre a escravidão indígena para melhor compreender os debates intelectuais que permearam o período colonial discutindo questões cruciais como a legitimidade das práticas de escravização e o papel dos missionários no Novo Mundo.

A pesquisa aborda, sobretudo, os chamados “Anos 50” da produção de Vieira, quando o referido autor esteve em uma missão no Maranhão a fim de mediar os conflitos entre os colonos locais e os membros da Companhia de Jesus na qual foi um grande expoente e pregador. Busco demonstrar a relevância do meu objeto de estudo a partir de uma discussão historiográfica pertinente e como fontes de pesquisa, utilizo, sobretudo, o “Sermão de Santo Antônio aos Peixes”, pregado em São Luís do Maranhão em 1654 e o “Sermão da Primeira Dominga da Quaresma”, pregado também em São Luís do Maranhão no ano de 1653. Tais sermões foram escolhidos como uma amostragem acerca do pensamento de Vieira sobre a escravidão indígena.

Elucido que se trata de um trabalho de história intelectual, o qual busca compreender o discurso de Vieira como uma forma de intervenção nas questões sociais de seu tempo, estando inserido na tradição humanística e nos debates intelectuais que permearam o século XVII e mostrando como as ideias podem ser manipuladas em prol de determinados interesses. Dessa forma, utilizo como referencial teórico para esse trabalho a abordagem de Skinner (1996) que considera que o estudo do contexto de uma obra de filosofia política nos proporciona uma melhor visão interna daquilo que o referido autor quis dizer. (SKINNER, 1996, p. 13).

O que, exatamente, o procedimento aqui proposto nos permite identificar nos textos clássicos que não se possa encontrar à sua mera leitura? A resposta, em termos genéricos, penso eu, é que ele nos permite definir o que seus autores estavam fazendo quando os escreveram. Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as ideias e convenções então predominantes no debate político. Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões

específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e força exatas de seus argumentos, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época. Mas, de qualquer modo, é necessário ter acesso a esse nível de compreensão se pretendermos interpretar os clássicos de maneira convincente. Pois compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse - ou deixou de dizer. Quando tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um “quadro” histórico para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar.

(SKINNER, 1996, p.13)

Assim, o artigo segue uma trajetória que permite compreender razoavelmente quem foi o padre Antônio Vieira e seu contexto de atuação, quais eram os problemas sociais enfrentados pela sociedade em que viveu e quais foram suas intervenções, sobretudo quando analisamos os debates e as tradições intelectuais do século XVII.

Considero ainda que o objetivo da pesquisa não está em atribuir uma singularidade ao autor referido, mas sim compreendê-lo como representante de uma ordem religiosa e, assim, analisar brevemente as intervenções da Companhia de Jesus no Maranhão para compreender também algumas dinâmicas coloniais do período. Na América Portuguesa setecentista religião e política eram indissociáveis, sendo que os interesses da Igreja nesse momento podem ser considerados internacionalistas, havendo uma forte articulação entre esses e os interesses das monarquias europeias.

Nicholas Miller (2014) em seu artigo intitulado “Espacios de pensamiento: historia transnacional, historia intelectual e la Ilustración” faz referência à atuação e interesses internacionais dos jesuítas, destacando as redes de comunicação verdadeiramente globais estabelecidas pelos jesuítas além dos trabalhos que os jesuítas realizaram em muitos países e do caráter supranacional da Igreja Católica na Idade Média e início da Idade Moderna. (MILLER, 2014, p.21) David Armitage (2015) considera ainda que “é preciso entender como as ideias viajam, quem as transporta, qual bagagem carregam em suas viagens e como elas se tornam domesticadas e naturalizadas depois de sua chegada” (ARMITAGE, 2015, p.11). Os jesuítas traziam e levavam consigo suas teses e conceitos religiosos a fim de explicar a experiência vivida pelo europeu com o “diferente”, bem como, contribuir para as discussões sobre como poderiam e/ou deveriam ser estabelecidas as relações com esses seres (nativos) e de que maneira essas ideias atendiam ou representavam os interesses da Coroa Ibérica no período estudado.

## I-VIEIRA E O PANORAMA INTELECTUAL DOS SÉCULO XVI E XVII

Vieira nasceu no dia 06 de fevereiro de 1608, em Lisboa, filho de Cristóvão Vieira, funcionário da Coroa, e de Maria Azevedo. Quando tinha seis anos, seu pai foi nomeado para o cargo de escrivão em Salvador e Vieira veio junto de sua família para a América Portuguesa, assim, sua formação se deu no colégio jesuíta da Bahia e aos 15 anos ingressou na Companhia de Jesus. Em 1626, ainda noviço, tornou-se encarregado de redigir o trabalho da Companhia de Jesus, em carta anual, remetida para os superiores em Lisboa.

Como pregador, o Padre Antônio Vieira defendeu a colônia, clamou pela expulsão dos holandeses da Bahia e de Pernambuco e se empenhou na revitalização do catolicismo. A atividade do orador era muito importante e, em cima do púlpito da Igreja Nossa Senhora da Ajuda, em Salvador, sua fama se espalhou. Entre 1653 e 1661 se dedicou às missões de catequese no Pará e no Maranhão uma vez que dominava sete idiomas indígenas. Buscou negociar com os colonos portugueses que desejavam escravizar os índios no Maranhão. Em 1661 foi expulso do Maranhão por aqueles que não aceitavam suas ideias.

A fim de agora melhor compreender o contexto de atuação do padre Antônio Vieira, faz-se fundamental inicialmente tratar sobre o recorte temporal estabelecido na pesquisa. Remeto-me, assim, à noção de “Temporalidade” proposta por Barros:

“Temporalidade”, pontuaremos desde já, é o primeiro conceito importante para a reflexão historiográfica no que concerne às relações entre Tempo e História. Entramos no âmbito conceitual da “temporalidade”, e abandonamos o sempre vasto e enigmático universo das polêmicas sobre o Tempo, quando começamos a examinar as instâncias humanas, psicológicas e políticas que foram ou são agregadas às sensações e percepções que se dão em torno da passagem do tempo, ou ainda em torno das alteridades geradas pela comparação entre períodos distintos da história humana ou mesmo da vida individual.

(BARROS, 2014, p. 246)

Barros aborda os conceitos sobre “evento”, “processo” e “estrutura” quando o autor considera surgir “uma prática historiográfica relacionada ao evento, e outra relacionada à estrutura, notando-se que o historiador pode se valer concomitantemente das duas, já que o tempo histórico a ele se apresenta sob a forma de sequências de eventos, estruturas que se sucedem e processos que se desenvolvem.” (BARROS, 2014, p. 250). O autor continua sua argumentação colocando que o tempo não pode ser compreendido apenas como aquilo que traz transformações, mas também como o que guarda algo que persiste, permanece. Assim, temos as noções de continuidades e rupturas; quando examinamos uma transformação histórica e as

permanências se sobressaem podemos falar em “estrutura”, já quando são as mudanças que se sobressaem, encadeando-se ou articulando-se de modo compreensível, podemos falar em “processo”. Permanências estruturais ou processos graduais causam a impressão de “continuidade” enquanto mudanças radicais reiteram a noção de rupturas. (BARROS, 2014, p.251)

Os acontecimentos ou eventos como atuação da Companhia de Jesus no Maranhão e os conflitos com os colonos locais ajudam a compreender um pouco como se desenvolveu o processo de cristianização dos nativos e colonização do Brasil, considerando ser a catequese um braço forte da colonização uma vez que converter o indígena à fé cristã equivalia a submetê-lo a um processo de aporuguesamento e destribalização. Note-se quais seriam as continuidades e rupturas nesse processo (de cristianização dos nativos e colonização): a Companhia de Jesus ansiava por reafirmar os ideais de sua ordem religiosa, atendendo ainda aos interesses da Coroa Portuguesa, buscando assim garantir uma unidade e a manutenção de uma estrutura colonial, todavia insistiam pelo rompimento de práticas dos colonos como a escravização dos indígenas que no seu entendimento (dos jesuítas) deveriam ficar nos aldeamentos para serem catequizados, os mesmos buscaram resistir a esse processo de cristianização, tentando se manter fieis e constantes aos seus costumes.

Os limites temporais não estão tão precisos já que para compreender a atuação de Vieira no período definido é fundamental considerar o quadro geral da colônia no período inicial da Restauração e considerar ainda os motivos pelos quais os jesuítas foram chamados para ir ao Maranhão, o que eles já tinham feito no Brasil e porque foram eles se havia outras ordens religiosas no Brasil naquele momento. Assim, não é possível ficar circunscrita a uma década, sendo necessário retomar acontecimentos de décadas e até mesmo do século anterior.

Dessa forma, analisando o panorama de acontecimentos históricos do século XVI podemos destacar a descoberta do Novo Mundo e o contato do europeu com os índios que habitavam aquelas regiões, o que causará um estranhamento de ambas as partes e despertará indagações sobre a natureza e os costumes desses povos. A busca por respostas para questões como “Quem eram esses seres? Poderiam ser classificados como seres humanos? Então possuíam alma?” representavam uma problemática para os pensadores do século XVI e tal problematização permeará também as preocupações ideológicas dos séculos seguintes. Lembremos que no século XVI conceitos e ideias religiosas eram fundamentais tanto para formulação de perguntas quanto para elaboração de respostas que pudessem explicar a experiência vivida pelos europeus com o “diferente”.

Remeto-me à definição de pessoa humana presente no *Diálogo sobre a conversão do Gentio*, de Manuel da Nóbrega. No *Diálogo* aparecem as três faculdades que então definem neo-escolasticamente a unidade da alma da pessoa humana: a memória, a vontade e a inteligência (HANSEN, 2002, p. 66). Portanto, por aquilo que diz não ser gente (“cães e porcos”) e por aquilo que considera como “próximo”, o *Diálogo* oferece elementos relevantes nessa direção.

De acordo com Luz (2003), os gentios aparecem desenhados no *Diálogo* a partir da imagem de “cães e porcos”, numa alusão ao Evangelho de São Mateus (Cap. 7,6): “Não deis o santo aos cães, nem deiteis as pedras preciosas aos porcos”. O diálogo se dá entre Matheus Nogueira e Gonçalo Alves. Nogueira defende a possibilidade de conversão do índio e Alves se apresenta relutante em reconhecer o nativo como capaz ou como “próximo”. (LUZ, 2003, p. 82 – nota). A metáfora do índio como “cães e porcos” – seres inconstantes, bestiais, rudes, brutos, ingratos – leva os missionários, como Gonçalo Alves, a supor que pregar a eles é como semear as sementes do Evangelho sobre as pedras de um deserto, ou seja, não poderia frutificar. Veja-se o texto:

Gonçalo Alves: - Por demais hé trabalhar com estes; são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus; estão tão incarniçados em matar e comer, que nenhuma outra bem-aventurança sabem desejar; pregar a estes, hé pregar em deserto ha pedras

(NÓBREGA, 1931, p. 229).

As dificuldades não param por aí. Segundo Alves, há ainda uma dificuldade que se apresenta como a maior de todas: a inconstância. Acompanhe-se:

Sabeis qual é a mór difficultade, que lhes acho, serem tão faceis de dizerem a tudo *sí* ou *pá* ou como vós quizerdes, tudo approvam logo, e com a mesma facilidade, com que dizem *pá*, dizem *aani*, e se algumas vezes chamados dizem *neim tia* é pelos não importardes, e mostra-o bem a obra, que se não é com bordão não se erguem, para beber nunca dormem, esta sua facilidade de tudo lhe parecer bem, acompanhada com a experiencia de nenhum fruto de tanto *pá*, tem quebrado os corações a muitos; dizia um de nossos irmãos, que estes eram o filho que disse no Evangelho a seu pae, que o mandava, que fosse e nunca foi

(NÓBREGA, 1931, p. 231).

De acordo com Viveiros de Castro, a inconstância passou a ser:

um traço definidor do caráter ameríndio, consolidando-se como um dos estereótipos do imaginário nacional: o índio mal-converso que, à

primeira oportunidade, manda Deus, enxada e roupas ao diabo, retornando feliz à selva, presa de um atavismo incurável. A inconstância é uma constante da equação selvagem

(VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 186-7).

De acordo com Viveiros de Castro, no caso brasileiro, o conceito da natureza inconstante da alma selvagem deriva principalmente dos anos iniciais de proselitismo missionário entre os tupis. “O problema dos índios, decidiram os padres, não residia no entendimento, aliás ágil e agudo, mas nas outras duas potências da alma: a memória e a vontade, fracas, remissas” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 188). Segundo o autor, os selvagens não criam em nada porque não adoravam nada, e não adoravam nada porque não obedeciam a ninguém. “Os brasis não podiam adorar e servir a um Deus soberano porque não tinham soberanos nem serviam a alguém. Sua inconstância decorria, portanto, da ausência de sujeição”. Consequentemente, de acordo com a análise do estudioso, crer “é curvar-se à verdade revelada, adorar o foco de onde emana, venerar seus representantes” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 216-7).

Se os índios da América portuguesa eram, pois, como “cães e porcos” não era porque a sua natureza fosse a mesma destes: eles eram humanos, pois possuíam as três potências básicas da alma definidas por Santo Agostinho, a saber: memória, entendimento e vontade. O que fazia deles tão bestiais, segundo Nogueira, não era a natureza, mas os costumes exercitados segundo o meio rude em que viviam, faltando-lhes o governo civilizado.

Assim, ao reclamar da inconstância, os missionários não percebiam que, no fundo, os índios tentavam na verdade ser constantes, perseverantes e fiéis aos seus antigos costumes, que foram tachados como maus ou até mesmo diabólicos. Como ressaltou Viveiros de Castro, “os missionários não viram que os ‘maus costumes’ dos Tupinambá eram sua verdadeira religião, e que sua inconstância era o resultado da adesão profunda a um conjunto de crenças de pleno direito religiosas” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 192).

A inconstância ou quaisquer outras representações coletivas presentes nos textos jesuíticos precisam, portanto, ser relidos à luz do sujeito da enunciação da correspondência: neste caso, o jesuíta, que interpreta o mundo sob a ótica católica, antimaquiavélica, antiluterana e anticalvinista, apoiado no dogma tridentino da luz natural da graça inata, fundamental na definição da “pessoa humana” e oposto à tese luterana da lei do pecado.

## **II - A COMPANHIA DE JESUS, SEUS IDEAIS E ATUAÇÃO NO NOVO MUNDO**

Digno de nota nesse momento são os ideais e desempenho de agente colonizador exercido pela Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534 e reconhecida pela

Igreja em 1540. A Companhia desempenhou papel fundamental no processo de cristianização do Novo Mundo e sua atuação esteve ligada à expansão do catolicismo após a Contra-Reforma, as “chagas” da Colônia, os aldeamentos, as guerras contra os índios e sua escravização.

Na obra *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*, Luiz Felipe Baeta Neves discute o processo do colonialismo e a repressão cultural, ressaltando os desdobramentos da ação dos jesuítas em terras brasileiras. E, como antropólogo, o autor destaca que “a antropologia não é um discurso metafísico que fala ‘de fora’ sobre temas estranhos. É um discurso e uma prática históricos que não podem negar seus compromissos” (BAETA NEVES, 1978, p. 20). Daí que

A Companhia de Jesus foi fundada para difundir a Palavra especialmente a povos que não a conheciam – e por meio de uma socialização prolongada. Dirigem-se a homens que não são, portanto, iguais a si – e quer transformá-los para incorporá-los à cristandade. Duas diferenças primeiras: não são padres e não são cristãos. Uma semelhança: são homens. É esta semelhança somada àquelas diferenças que dão a possibilidade e o sentido do plano catequético. A catequese é, então um esforço racionalmente feito para conquistar homens; é um esforço para acentuar a semelhança e apagar as diferenças (pelo menos a segunda delas)

(BAETA NEVES, 1978, p. 45).

Remeto-me agora à Sabeh (2017) ao considerar que no início da década de 1540, quando D. João III iniciou seu projeto de organização e financiamento das primeiras missões oficiais visando a evangelização dos povos de além-mar, a Companhia de Jesus era a única ordem religiosa autorizada a atuar nos domínios ultramarinos de Portugal. Assim, tal condição de privilégio pode ser explicada, conforme Sabeh, na essência da ordem religiosa nascente e em seu intento salvífico que atendia aos anseios da monarquia católica portuguesa em um contexto de reformas políticas e culturais. (SABEH, 2017, p. 79)

Foi, portanto, com condições de privilégio frente outras ordens religiosas que a Companhia de Jesus se estabeleceu em Portugal e, de lá, ganhou o mundo. Iniciava-se, assim, o empreendimento missionário da ordem jesuíta nos domínios ultramarinos de Portugal, uma ação que implicava a execução de um amplo projeto reformista.

(SABEH, 2017, p. 85)

Os jesuítas mostravam-se eficientes na prática de catequização, fundamental para se realizar a chamada pacificação dos nativos e facilitar a ocupação de novos territórios. “A conversão dos indígenas era premissa fundamental para o rei garantir a manutenção e a

harmonia do seu domínio para que este fosse, enfim, povoado” (SABEH, 2017, p.138) A atuação dos jesuítas na América Portuguesa desenvolveu-se, sobretudo, através de aldeamentos e da fundação de colégios, onde estudavam filhos de colonos. Destaco aqui o papel da conversão das crianças nativas e a utilização das mesmas no próprio empenho doutrinador.

Nas casas para os meninos, além de evangelizá-los, os jesuítas esperavam formar alguns “soldados de Cristo”, e com os indiozinhos eram colocados os filhos dos portugueses que viviam no “sertão” com os indígenas. Algumas crianças auxiliam os missionários ensinando a doutrina para os mais velhos da aldeia.

(SABEH, 2017, p.145)

Vale ressaltar ainda o papel dos jesuítas na educação durante o período colonial. Será entre 1599 e 1759 que ocorrerá a organização e consolidação da educação jesuíta devido à implementação do *Ratio Studiorum*.

O Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu, normalmente conhecido e abreviado como Ratio Studiorum, é o plano e organização de estudos da companhia de Jesus, fundada no contexto do século XVI, por um padre católico chamado Inácio de Loyola. Através desse código de ensino, os jesuítas desenvolveram colégios ao redor do mundo, inclusive no Brasil.

(MELO, 2020, p.134)

Dessa forma, compreender a atuação dos jesuítas em território americano é peça chave para compreensão das estratégias coloniais do período para o povoamento, conquista e instauração de seu modo de vida e ideais na região.

Elucidando ainda os privilégios desfrutados pelos inicianos remeto-me ainda à Sabeh (2017) que considera dentre os privilégios concedidos por D. João III em 1552 a promulgação de um alvará ordenando que o fornecimento mensal de mantimentos e vestuário pelos colonos aos missionários; em 1557 foi ordenado o pagamento anual em dinheiro e alimentos a todos os padres da Companhia de Jesus que estavam em atividade na região; em 1564 um alvará previu a redízima de todos os dízimos da colônia em favor da manutenção das casas e colégios da Companhia. Tais concessões e benefícios concedidos pela Coroa Portuguesa permitiram um significativo desenvolvimento das atividades de evangelização dos inicianos nos trópicos. (SABEH, 2017, p. 195)

Porém tal condição de privilégio dos jesuítas junto à Coroa Portuguesa será abalada no período da União Ibérica,(1580-1640). Para compreendermos os fatores capazes de explicar o declínio dos privilégios jesuítas é preciso nos remeter a campanha anti-Filipe encabeçada pelos jesuítas contra Filipe II durante a crise sucessória vivida por Portugal em 1580. (SABEH, 2017,

p.201) No entanto, apesar desse mal estar, os jesuítas haviam construído uma estrutura eclesiástica bastante significativa e já haviam se mostrado bastante eficientes na conversão dos nativos.

Dessa forma, a atuação e influência dos inacianos atendiam aos interesses da Coroa de Castela e, assim, tecendo uma comparação entre as áreas de atuação dos jesuítas antes da União Ibérica e durante seu período, podemos considerar que ocorreu uma dispersão dos jesuítas pelas colônias e que ela se desenvolveu através de expedições de reconhecimento e ocupação territorial.

Podemos considerar ainda que houve, nesse período, uma mudança no sentido impulsionador das missões no Brasil; a atuação dos missionários passou a ser em locais estratégicos no sentido de ocupação e defesa territorial para a Coroa Espanhola. Se entre 1549 e 1580 as expedições aconteciam por iniciativa oriunda da Companhia de Jesus, durante a União Ibérica, essas passam a ser solicitadas e estimuladas pela Coroa, assim, os missionários serão transformados em “verdadeiros desbravadores do território” (SABEH, 2017, p. 231-236)

### **III-ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ NO SÉCULO XVII**

A fim de abordar agora brevemente a formação e os interesses no estado do Maranhão no período, considero inicialmente que no território do Novo Mundo os reis espanhóis seguiram a lógica de dividir para governar e sendo a região do Maranhão um lugar com grande potencial extrativista de produtos como baunilha, guaraná e cacau, haverá grande interesse do governo espanhol de fomentar o povoamento na região.

A atuação mais direta de Filipe III na administração colonial teria decorrido do fato dele não ter sido tão pressionado pela corte portuguesa a respeitar os acordos estabelecidos em Tomar. Em 1608, o monarca criou as Repartições Sul e Norte para dividir a administração das capitânicas do Brasil, divisão que teve curta duração. Mais tarde, em 1621, ele dividiu a colônia em duas unidades administrativas: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, que compreendia as capitânicas do Maranhão, Pará, Piauí e Ceará. A divisão territorial era uma nítida implementação, no Brasil, da política imperial castelhana já consolidada na América que seguia a lógica de “dividir para governar”. Além disso, denotava a consolidação da “viragem atlântica” que, no parecer de Andréa Doré, podia ser vista também nos mapas e nos relatos de que as autoridades régias dispunham sobre a região durante a União Ibérica.

(SABEH, 2017, p. 225)

Assim, a América Portuguesa estava neste período dividida em dois estados: estado do Brasil com capital em Salvador e estado do Maranhão com capital em São Luís. Há duas

unidades administrativas diferentes, mas ambas subordinadas a Portugal que, na época, estava sob o domínio espanhol.

Entre 1652 e 1661, quando Vieira chefiava a missão da Companhia de Jesus no Maranhão e Grão Pará, o domínio colonial português na América se compõe de dois Estados, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão Pará. Este foi criado por um decreto real em 13 de junho de 1621, no tempo de Filipe III de Espanha, e correspondia aproximadamente ao território dos atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e partes do Tocantins e do Amazonas.

(HANSEN, 2003, p. 63)

Portugueses que estavam no Brasil tinham interesse de expandir suas atividades econômicas e a extração era uma atividade mais rentável do que a agricultura. A extração dependia da mão de obra indígena seja para adentrar as matas densas, seja para extração propriamente dita. Haverá captura de indígenas para escravização, o que nos permite entender os conflitos entre os colonos e os jesuítas já que os jesuítas lutavam contra a escravização dos indígenas.

Após a Guerra de Restauração e com o fim da União Ibérica, a região do Maranhão poderia resolver problemas estruturais de Portugal decorrentes do período da União Ibérica já que, a Guerra de Restauração trouxe muito ônus, assim, quando Portugal recupera sua autonomia política, uma grande preocupação será em recuperar os prejuízos econômicos, o que poderá ocorrer através da expansão da agricultura na América, destacando-se o cultivo de cana de açúcar e tabaco, crescendo, assim, o interesse na região do Maranhão pelo seu potencial econômico da extração, bem como, a região do Pará. Os problemas estruturais de governo e política são constantes no período, conforme Aziz (2008):

As rixas em matéria de sucessão, sobretudo até 1652 são contínuas. Nesse ano, a Câmara do Pará obtém da Coroa a extinção do Estado, como unidades de governo, e a nomeação de dois capitães-mores independentes. Vem, entretanto - a par da lei de 9 de abril de 1655, que dá aos jesuítas todo o poder sobre os índios.

(AZIZ N, 2008, p. 30)

Tal panorama nos permite vislumbrar o contexto político e social do Maranhão no momento em que Vieira foi enviado para lá., tomando como referência Santos, considero que havia na região do Maranhão uma demanda de mão de obra para trabalhar nas fazendas locais, o que tornava o trabalho indígena atrativo aos colonos. Dessa forma, a presença de jesuítas na região causou conflitos com os colonos e traficantes de indígenas que visavam a sua captura e escravização.

O processo de aldeamento indígena realizado pelos missionários causou o descontentamento dos colonos, o que foi agravado por denúncias de que aqueles nativos que eram levados para os aldeamentos dos missionários ficavam submetidos a seus serviços. Assim, na visão dos colonos, o que os jesuítas pretendiam era monopolizar os serviços indígenas. Vemos então que estavam travados os conflitos entre missionários e colonos acerca das questões indígenas e será nesse panorama que o Padre Antônio Vieira partirá para o Maranhão em 1652 a fim de mediar semelhantes problemas. (SANTOS, 2009, p.93)

#### **IV- OS CHAMADOS “ANOS 50” DA PRODUÇÃO DE VIEIRA**

Conforme Pécora , nos escritos de Vieira dos chamados “anos 50” percebe-se o combate à exploração dos serviços indígenas pelos colonos maranhenses e a luta pela garantia do monopólio da Companhia de Jesus acerca das questões indígenas. Em sua perspectiva, a qual não era uma perspectiva pessoal, mas da ordem religiosa a que pertencia, os índios precisavam ficar sob o protetorado dos jesuítas a fim de que recebessem uma educação cristã e tivessem suas almas salvas. “(...) jamais admitiu que os indígenas pudessem ser satisfatoriamente integrados à hierarquia do reino e da Igreja, sem que os jesuítas tivessem consigo a jurisdição temporal sobre os seus corpos e não apenas a espiritual sobre suas almas.” (PÉCORA, 2002, XIX).

Vale ressaltar que os problemas econômicos e sociais causados pela descoberta das minas de ouro, bem como, a corrupção governamental, tornaram-se também temas marcantes nos escritos de Vieira desse período. Santos argumenta que “Quando prega no Maranhão, o jesuíta se dispõe a ser um amigo que alerta a respeito do perigo que ronda os colonos, enquanto os indígenas permanecerem em cativeiro, o que seria equivalente à tentação a Cristo”. (SANTOS, 2009, p.96)

Um dos aspectos notáveis da oratória de Vieira é a alusão a textos Bíblicos para falar de problemas da época em que vivia e do contexto social em que estava atuando. Remeto-me ainda a Santos (2009) que utilizando-se das noções de Merquior (1996) afirma que Vieira parte de textos bíblicos para fazer alegorias relacionadas diretamente com a realidade brasileira, fazendo, assim, uma “decolagem do texto bíblico”. “(...) converteu a meditação sobre o sentido atemporal da mensagem cristã em focalização crítica de circunstâncias históricas” (MERQUIOR, 1996, p.32 apud SANTOS, 2009, p.95).

### **1-Sermão da Primeira Domingo da Quaresma, pregado em São Luís do Maranhão-1653**

O “Sermão da Primeira Domingo da Quaresma”, pregado em São Luís do Maranhão, no ano de 1653, conhecido também como “Sermão das tentações”, pode ser visto como um Sermão de combate à escravidão indígena, com a apropriação de um texto Bíblico, para falar de problemas observados no Maranhão. Vieira recorre ao episódio Bíblico das tentações a que Cristo foi sujeito durante os quarenta dias em que esteve no deserto, destacando os perigos e artimanhas utilizadas pelo demônio para nos tentar, focando, sobretudo, na última tentação, que será o exemplo mais explanado por Vieira durante a pregação, em que o demônio oferece a Cristo todos os reinos e glórias mundanas em troca de sua alma.

Toma o Demônio pela mão a Cristo, leva-O a um monte mais alto que essas nuvens, mostra-Lhe dali os reinos, as cidades, as cortes de todo o mundo, e suas grandezas, e diz-Lhe desta maneira: Haec omnia tibi dabo, si cadens adoraveris Me: Tudo isto te darei, se dobrando o joelho me adorares.

(VIEIRA, 1653, p.468)

Nota-se que ao referir-se às tentações por que Cristo passou, Vieira evidencia a necessidade de se resistir a elas, remetendo-se (referindo-se) aos colonos maranhenses que mantinham índios cativos, o que em sua perspectiva trata-se de uma tentação demoníaca que os afastava de um modo de vida cristão.

Estruturando sua argumentação a partir de uma dualidade: “alma” e “corpo”, donde depreendem-se outras, tais como, “Deus” e “demônio”, “invisível” e “visível”, coloca que se valorizamos mais as coisas do mundo é porque sendo a alma invisível não podemos dimensionar o seu valor, enquanto que o demônio sendo “espírito” consegue melhor dimensioná-lo e, assim, oferece o mundo em troca de uma única alma.

Dessa forma, Vieira coloca quão grande insensatez é os homens trocarem suas almas por bens e glórias mundanas, remetendo-se a exemplos bíblicos, como o de Judas que vende seu Mestre e sua alma por dinheiro e a José que é vendido por seus irmãos por preço bem baixo. Utiliza-se ainda das figuras de Júlio César e Alexandre Magno para exemplificar o castigo divino que ocorre àqueles que se enriqueceram e prosperaram aproveitando-se do trabalho alheio. “Alexandre Magno e Júlio César foram senhores do mundo; mas agora as suas almas estão ardendo no Inferno, e arderão por toda a eternidade” (VIEIRA, 1653, p.471). Nota-se o uso do episódio bíblico para exemplificar situações do presente em que vivia. Vieira, ao fazer uma associação entre os episódios bíblicos e os colonos maranhenses, acusa os mesmos por estarem vendendo suas almas ao manterem práticas escravistas.

A que diferente preço compra hoje o Demônio as almas do que se oferecia por elas antigamente! Já nesta nossa terra vos digo eu! Nenhuma feira tem o Demônio no mundo onde lhe saiam mais baratas: no nosso Evangelho ofereceu todos os reinos do mundo por uma alma: no Maranhão não é necessário ao Demônio tanta bolsa para comprar todas não é necessário oferecer mundos: não é necessário oferecer reinos: não é necessário oferecer cidades, nem vilas, nem aldeias. Basta acenar o Diabo com um tujupar de pindoba, e dous tapuias; e logo está adorado com ambos os joelhos: Si cadens adoraveris Me. Oh que feira tão barata! Negro por alma; e mais negra ela que ele! Esse negro será teu escravo esses poucos dias que viver: e a tua alma será minha escrava por toda a eternidade, enquanto Deus for Deus. Este é o contrato que o Demônio faz convosco; e não só lho aceitais, senão que lhe dais o vosso dinheiro em cima.

(VIEIRA, 1653, p.474)

Promete, no entanto, não só a condenação das almas e sofrimentos após a morte, mas considera a interferência de Deus em todos os acontecimentos da vida. Coloca, valendo-se agora ao episódio bíblico das “pragas do Egito”, explicadas como um castigo ao Faraó e ao povo egípcio, que mantinha o povo hebreu cativo, que era a manutenção da escravidão indígena no Maranhão o que estava trazendo males para a região. “Sabeis quem traz as pragas às terras? Cativéis injustos. Quem trouxe ao Maranhão a praga dos holandeses? Quem trouxe a praga das bexigas? Quem trouxe a fome e a esterilidade? Estes cativéis” (VIEIRA, 1653, p.476).

Um ponto notável dos Sermões de Vieira é a preocupação em não deixar quaisquer dúvidas acerca de sua pregação. Assim, coloca todos os argumentos com que poderia ser refutado para colocar também todos os argumentos contrários com que poderia rebater-lhes, visando analisar todas as possibilidades. Dessa forma, não admite desculpas para os colonos maranhenses que mantêm índios cativos, visto que não podem alegar dúvida ou ignorância, “aos que têm certeza, condena-os o não restituírem, aos que têm dúvida, condena-os o não examinarem; aos que têm ignorância, condena-os o não saberem, quando tinham obrigação de saber” (VIEIRA, 1653, p.478). A condenação dos colonos era inevitável. “Todo homem que deve serviço ou liberdade alheia, e podendo-a restituir, não restitui, é certo que se condena: todos, ou quase todos os homens do Maranhão devem serviços e liberdades alheias, e podendo restituir, não restituem; logo, todos ou quase todos se condenam” (VIEIRA, 1653, p.478).

Prosseguindo em sua argumentação, Vieira estabelece uma comparação entre a primeira e a terceira tentação a que Cristo foi sujeito, colocando que, embora a terceira oferecesse todos os reinos e império, a primeira era mais “apertada”, pois oferecia pão a quem estava no deserto há quarenta dias com fome, ou seja, a primeira estava baseada na necessidade. Dessa forma, estabelece uma analogia de que se os serviços indígenas eram indispensáveis à manutenção do

estado, necessário era refletir sobre as formas lícitas ou não lícitas de se utilizar dos mesmos. Assim, adverte primeiramente que:

Este povo, esta república, este estado, não se pode sustentar sem índios. Quem nos há de ir buscar um pote de água, ou um feixe de lenha? Quem nos há de fazer duas covas de mandioca? Hão de ir nossas mulheres? Hão de ir nossos filhos? Primeiramente não são estes os apertos que em vos hei de pôr, como logo vereis; mas quando a necessidade e a consciência obriguem a tanto, digo que sim, e torno a dizer que sim; que vós, que vossas mulheres, que vossos filhos, e que todos nós nos sustentássemos dos nossos braços; porque melhor é sustentar do suor próprio que do sangue alheio. Ah! Fazendas do Maranhão, que se esses mantos e essas capas se torceram, haviam de lançar sangue!

(VIEIRA, 1653, p.480)

Coloca, assim, que sendo os escravos considerados “pés” e “mãos” dos colonos na medida em que seus serviços eram indispensáveis à manutenção das fazendas e do estado, não é ilegítimo se utilizar deles, no entanto referindo-se ao versículo bíblico “Se o teu olho fora causa de escândalo, arrancai-o: e se tuas mãos e teus pés forem causa de escândalo, amputai-lhe”, adverte que se fosse para garantir a salvação de suas almas que então seria preferível que deixassem de utilizar a mão de obra indígena.

Prosseguindo em sua argumentação, Vieira estabelece, então, considerações acerca da legitimidade da escravidão indígena e as condições em que é lícito ou não utilizar o trabalho dos índios.

Dessa forma, destaco os casos enumerados: Poderão ser cativos aqueles índios que forem capturados em ritos de antropofagia ou sendo vendidos como escravos de inimigos em casos de guerras, havendo nesse caso um julgamento, se nesse julgamento a guerra em que estavam sendo vendidos for considerada justa, esses servirão aos moradores durante seis meses do ano, alternando de dois em dois, e ficando outros seis para que pudessem cuidar de sua própria lavoura e família; já se a guerra for considerada injusta os índios serão verdadeiramente cativos, sendo distribuídos entre os moradores. Havia também aqueles que já estando a serviço dos moradores em suas casas e lhes fosse oferecida a liberdade, poderiam, se desejassem, permanecer prestando seus serviços, não havendo nenhuma ilegitimidade nesses casos. Discute ainda o preço a ser pago pelos serviços daqueles índios meio cativos, colocando que sendo esse um preço baixo, insensatez seria um colono condenar sua alma por manter escravos ilegítimos enquanto com pouco custo poderia pagar seus serviços e manter uma situação de regularidade.

Já prosseguindo para a finalização do Sermão Vieira, mais uma vez a fim de não deixar dúvida acerca de sua pregação, sugere que os maranhenses pesem o bem e mal da proposta que

lhes fizera, colocando como único ponto negativo o fato de que os colonos sim perderiam alguns índios que tinham cativos enquanto que os pontos positivos eram quatro: “O primeiro é ficardes com as consciências seguras”, nesse primeiro ponto está a garantia para a salvação das almas dos colonos, pois não estariam mais realizando práticas demoníacas como utilizar-se de uma mão de obra escrava ilegítima. O segundo seria a garantia da salvação para todo o Maranhão, evitando castigos divinos. O terceiro seria uma forma de garantir o resgate dos índios, uma vez que se persistissem em práticas ilegítimas, os resgates seriam-lhes proibidos pela Coroa Portuguesa. O quarto diz que propondo algo justo e razoável, seria possível conseguir as concessões da Coroa Portuguesa.

(...) uma proposta nessa forma, será digna de ir às Mãos de Sua Majestade, e de que Sua Majestade a aprove e confirme. Quem pede o ilícito e o injusto, merece que he neguem o lícito e o justo e quem requer com consciência, com justiça e com razão, mercede que lha façam. Vós sabeis a proposta que aqui fazíeis? Era uma proposta que nem os vassallos a podiam fazer em consciência, nem os ministros a podiam consultar em consciência, nem o rei a podia conceder em consciência. (...) Se tal proposta fosse ao reino, as pedras da rua se haviam de levantar contra os homens do Maranhão. Mas se a proposta for lícita, se for justa, se for cristã, as mesmas pedras se porão de vossa parte, e quererá Deus que não sejam necessárias pedras, nem pedreiras. Todos assinaremos, todos informaremos, todos ajudássemos, todos requereremos, todos encomendaremos a Deus, que ele é o autor do bem, e não pode deixar de favorecer intentos tanto de seu serviço. E tenho dito.

(VIEIRA, 1653, p. 484)

Dessa forma, a leitura desse Sermão nos permite perceber que Vieira não se coloca absolutamente contra a utilização da mão de obra indígena, mas antes como um negociador das causas indígenas com os colonos maranhenses. Embasando-se sempre na Bíblia e na Doutrina Católica propõe aos colonos que se necessário for manter os índios cativos, que os façam de forma lícita para garantir a salvação de suas próprias almas e evitar castigos divinos.

## **2 - Sermão de Santo Antônio aos Peixes – 1654**

O “Sermão de Santo Antônio aos Peixes”, pregado em São Luís do Maranhão no dia 13 de junho de 1654, pode ser considerado um dos sermões em que Vieira combate a exploração do trabalho indígena pelos colonos maranhenses. Vieira inicia esse Sermão utilizando um versículo bíblico *Vos estis sal terrae* (Vos sois o sal da terra), associando o “sal” à conservação para ressaltar a necessidade de os homens se conservassem “puros” de acordo com a moral cristã; trata-se de um combate à corrupção. O versículo será retomado no decorrer do sermão

como forma de reforçar o objetivo principal dessa pregação: Combater a corrupção e práticas ilegítimas que vinham acontecendo na Colônia.

Afirma ainda ser papel dos pregadores (no qual cabe ele próprio) o de “salgar”, doutrinando os homens conforme as “leis divinas” e repreendendo aqueles que dela se afastam. Nota-se uma acusação de que não estava havendo a devida observação aos preceitos evangélicos, apesar do trabalho dos missionários, a que Vieira faz questionamentos semelhantes aos que aparecem no “Sermão da Sexagésima”, dizendo que ou eram os pregadores que não estavam sabendo pregar ou estavam pregando a homens endurecidos aos seus ensinamentos.

Vós, diz Cristo, Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra, porque quer que façam na terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção; mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra se não deixa salgar. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra se não deixa salgar e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhes dão, a não querem receber. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores dizem uma cousa e fazem outra; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes querem antes imitar o que eles fazem, que fazer o que dizem. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores se pregam a si e não a Cristo; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, em vez de servir a Cristo, servem a seus apetites. Não é tudo isto verdade? Ainda mal!

(VIEIRA, Sermão de Santo Antônio aos Peixes, 1654)

Em relação ao título do sermão “*Sermão de Santo Antônio aos Peixes*” observa-se que a argumentação se estrutura fazendo inicialmente uma referência a Santo Antônio, o qual fora um grande pregador da Igreja, mas percebendo o desprezo dos homens por suas palavras vai supostamente ao mar pregar aos “peixes”. Vieira, inferindo que os homens a quem pregava também não lhe ouviam, afirma, então, que naquele dia pregaria aos “peixes”: “Isto suposto, quero hoje, à imitação de Santo Antônio, voltar-me da terra ao mar, e já que os homens se não aproveitam, pregar aos peixes” (VIEIRA, 1654, p.431). Percebe-se ainda no decorrer de seu Sermão aproximações entre as perseguições sofridas por Santo Antônio e as que ele mesmo estava sofrendo por condenar vícios e práticas perniciosas dos maranhenses: “Os homens perseguindo a Antônio, querendo-o lançar da terra e ainda do Mundo, se pudessem, porque lhes repreendia seus vícios, porque lhes não queria falar à vontade e condescender com seus erros” (VIEIRA, 1654, p.434).

Prosseguindo, Vieira em sua argumentação aponta quão triste é a sorte dos animais que permanecem perto de homens que os fazem cativos.

Peixes! Quanto mais longe dos homens, tanto melhor; trato e familiaridade com eles, Deus vos livre! Se os animais da terra e do ar querem ser seus familiares, façam-no muito embora, que com suas pensões o fazem. Cante-lhes aos homens o rouxinol, mas na sua gaiola; diga-lhes ditos o papagaio, mas na sua cadeia; vá com eles à caça o açor, mas nas suas piores; faça-lhes bufonarias o bugio, mas no seu cepo; contente-se o cão de lhes roer um osso, mas levado onde não quer pela trela; preze-se o boi de lhe chamarem formoso ou fidalgo, mas com o jugo sobre a cerviz, puxando pelo arado e pelo carro; glorie-se o cavalo de mastigar freios dourados, mas debaixo da vara e da espora; e se os tigres e os leões lhe comem a ração da carne que não caçaram no bosque, sejam presos e encerrados com grades de ferro.

(VIEIRA, 1654, p.435)

Demonstra ainda seu pessimismo em relação aos homens fazendo alusão ao episódio do Dilúvio Bíblico, afirmando que se os peixes não foram atingidos pelo dilúvio fora porque não mantendo esses contatos com os homens, não precisavam pagar pelos pecados dos mesmos.

A argumentação de Vieira nesse sermão se estrutura a partir do estabelecimento de uma relação entre “homens” e “peixes”, entre “falar aos homens” e “falar aos peixes”. Dizia falar aos peixes quando sua intenção era falar aos homens. “Ah moradores do Maranhão, quanto eu vos pudera agora dizer neste caso! Abri, abri estas entranhas; vede, vede este coração. Mas ah sim, que me não lembrava! Eu não vos prego a vós, prego aos peixes” (Ibidem). Quando faz repreensões aos peixes, acusando-os de comer uns aos outros e, sobretudo, de os grandes “devorarem” os pequenos \_ “A primeira cousa que me desedifica, peixes, de vós, é que vos comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos” (VIEIRA, 1654, p.444-445) \_ remete-se a Santo Agostinho:

Olhai como estranha isto Santo Agostinho: *Homines pravis, praeversisque cupiditatibus facti sunt, sicut pisces invicem se devorantes*: «Os homens com suas más e perversas cobiças, vêm a ser como os peixes, que se comem uns aos outros.» Tão alheia cousa é, não só da razão, mas da mesma natureza, que sendo todos criados no mesmo elemento, todos cidadãos da mesma pátria e todos finalmente irmãos, vivais de vos comer! Santo Agostinho, que pregava aos homens, para encarecer a fealdade deste escândalo, mostrou-lho nos peixes; e eu, que prego aos peixes, para que vejais quão feio e abominável é, quero que o vejais nos homens. (VIEIRA, 1654, p.445)

Vieira utiliza-se nesse caso um recurso retórico em que supostamente falava aos “peixes” para falar dos homens, ficando evidente que o objetivo era criticar os homens detentores de algum poder que “engoliam” os pequenos. Suas críticas se dirigiam, sobretudo, aos colonos maranhenses que utilizavam a mão de obra escrava indígena para manutenção e ampliação de suas propriedades.

(...) Olhai, peixes, lá do mar para a terra. Não, não: não é isso o que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá; para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os Tapuias se comem uns aos outros? Muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os Brancos. (...) Porque os grandes que têm o mando das cidades e das províncias, não se contenta a sua fome de comer os pequenos um por um, ou poucos a poucos senão que devoram e engolem os povos inteiros: *Qui devorant plebem meam*. E de que modo os devoram e comem? *Ut cibum panis*: não como os outros comeres, senão como pão. A diferença que há entre o pão e os outros comeres, é que para a carne, há dias de carne, e para o peixe, dias de peixe, e para as frutas, diferentes meses no ano; porém o pão é comer de todos os dias, que sempre e continuamente se come: e isto é o que padecem os pequenos. São o pão quotidiano dos grandes; e assim como o pão se come com tudo, assim com tudo e em tudo são comidos os miseráveis pequenos, não tendo nem fazendo officio em que os não carreguem, em que os não multem, em que os não defraudem, em que os não comam, traguem e devorem: *Qui devorant plebem meam, ut cibum panis*. Parece-vos bem isto, peixes? Representa-se-me que com o movimento das cabeças estais todos dizendo que não, e com olhades uns para os outros, vos estais admirando e pasmando de que entre os homens haja tal injustiça e maldade! Pois isto mesmo é o que vós fazeis. Os maiores comeis os pequenos; e os muito grandes não só os comem um por um, senão os cardumes inteiros, e isto continuamente sem diferença de tempos, não só de dia, senão também de noite, às claras e às escuras, como também fazem os homens.

(VIEIRA, 1654, p.445-447)

Vieira prevê um castigo divino àqueles “peixes grandes” que ao se aproveitar de sua posição superior “devoram” os “pequenos”, tal como os homens que procedem da mesma maneira serão castigados. “Assim como Deus as castiga nos homens, assim também por seu modo as castiga em vós” (VIEIRA, 1654, p.448). Ao que se segue que aqueles que se julgam grandes e poderosos também encontram outros maiores que os “devoram”. “(...) bem ouviriam estes lá no Tejo que esses mesmos maiores que cá comiam os pequenos, quando lá chegam, acham outros maiores que os comam também a eles” (VIEIRA, 1654, p.448). Dessa forma, os colonos da América Portuguesa subjugavam os mais fracos, mas seriam também por sua vez subjugados por outros que lhes fossem superiores. Por fim, utiliza a imagem do “polvo” para denunciar os traidores e aduladores que se encontravam na colônia, mesmo entre os missionários e membros da Igreja. “O polvo com aquele seu capelo na cabeça, parece um monge; com aqueles seus raios estendidos, parece uma estrela; com aquele não ter osso nem espinha, parece a mesma brandura, a mesma mansidão” (VIEIRA, 1654, p.460).

Na finalização de seu Sermão, Vieira retoma ainda uma vez o versículo bíblico *Vos estis sal terrae* (Vós sois o sal da terra), fazendo uma última reprimenda acerca da apropriação ilegítima dos bens alheios. Dirigindo-se supostamente aos “peixes” diz: “Vós fostes criados por

Deus, para servir ao homem, e conseguis o fim para que fostes criados; a mim criou-me para o servir a ele, e eu não consigo o fim para que me criou” (VIEIRA, 1654, p. 464), ressaltando, assim, o seu descontentamento com aqueles que não observavam os ensinamentos cristãos e julgando que se suas pregações não surtiam efeito não estava conseguindo cumprir a missão que lhe fora delegada.

Uma grande inconformação de Vieira é do pouco valor que os colonos maranhenses atribuem à Companhia de Jesus e aos missionários, opondo-se aos seus interesses e atuação; sendo que em sua perspectiva os propagadores das leis divinas tinham o direito legítimo de repreender os vícios e práticas que consideravam perniciosos na colônia, visto que eram os responsáveis por lançar o “sal” na terra.

## CONCLUSÃO

Retomando o quadro teórico referencial de Skinner (1996), o qual considera que a compreensão do contexto histórico em que uma obra filosófica foi produzida é peça chave para compreensão dessa obra, busco, por fim, recapitular a trajetória percorrida nesse artigo considerando o padre Antônio Vieira como um jesuíta imbuído dos ideais inicianos e sua atuação no Maranhão do século XVII marcado por conflitos e dissensões entre colonos e religiosos já que os primeiros desejavam a escravização dos indígenas para utilizar sua mão de obra e os religiosos buscaram colocar restrições a tais práticas. Utilizo restrições, pois vale ressaltar que os jesuítas não eram em absoluto contra a escravidão indígena, estabelecendo distinções entre formas lícitas e ilícitas de cativo.

Assim, os sermões de Vieira analisados nesse artigo são uma boa amostragem de semelhante pensamento, mostrando não apenas o estabelecimento de tais distinções como se pode notar, sobretudo, no Sermão da Primeira Domingo da Quaresma (1653), mas também uma compreensão das necessidades dos colonos e de todas as demandas daquela sociedade que pudessem justificar a utilização dos serviços indígenas. A Companhia de Jesus, a despeito da defesa dos “corpos” dos indígenas atuava a favor dos interesses da Coroa Ibérica inclusive pela expansão de seus ideais e valores, podendo ser considerada a catequese um braço forte da colonização.

Questionamentos sobre quem eram os indígenas e se poderiam ou não ser escravizados serão recorrentes nos debates teóricos do período e as respostas formuladas para essas questões não são unânimes. Conforme Miller (2014) as histórias intelectuais e os estudos que inspiram

funcionam através do resgate dos debates intelectuais do passado, debates esses marcados, principalmente, por divergências e desacordos (MILLER, 2014, p.28).

Para os inacianos os nativos possuíam alma e precisavam receber a catequização para que a salvação dessas estivesse garantida. Os ideais defendidos por Vieira são os ideais de sua ordem religiosa, sendo possível dialogar com outros intelectuais do período como o Frei Bartolomé de Las Casas, a qual terá grande atuação na América Espanhola.

A Controvérsia de Valladolid que envolveu o frei dominicano Las Casas e Sepúlveda é um bom exemplo dos confrontos ideológicos da época. Na Espanha havia uma preocupação com a legalidade das conquistas e, por isso, aqueles que defendiam as conquistas precisavam justificá-la dentro de uma base filosófica coerente diferentemente de outros países como a Alemanha e a Inglaterra que consideravam razões econômicas suficientes para justificar a conquista. (MIREs, 1986, p. 20 apud GUTIÉRREZ, 2014, p.224).

Dessa forma, as justificativas para conquista e escravização dos indígenas justificavam-se por dois silogismos extraídos da filosofia de Aristóteles: “os bárbaros são naturalmente escravos; os índios são bárbaros; logo, os índios são naturalmente escravos”, sendo então “lícito fazer a guerra contra os naturalmente escravos para subjugá-los; os índios são naturalmente escravos; logo, é lícito fazer a guerra contra os índios para subjugá-los” (GUTIÉRREZ, 2014, p.224). Assim, os debates acerca da escravidão indígena no período giravam, sobretudo, em torno do primeiro silogismo, se bárbaros são naturalmente escravos, restava demonstrar que os indígenas eram bárbaros.

Sepúlveda fez adaptações das ideias de Aristóteles em relação aos índios, mostrando através de categorias definidas que os índios eram bárbaros e, portanto, poderiam sim ser escravizados. Já Las Casas rebateu a argumentação de Sepúlveda considerando que tais categorias não se enquadravam de forma precisa na definição da barbárie ou não dos indígenas, considerando ainda que o conceito de guerra justa de Aristóteles não se aplicava as guerras que aconteciam no Novo Mundo e considerando, por fim, que a filosofia aristotélica era contrária aos preceitos da caridade cristã.

Las Casas e Sepúlveda discutiram por quase dez anos, sendo que o ponto mais alto da discussão foi em 1550 quando ambos se enfrentam em controvérsia pública ante um júri ad hoc. (GUTIÉRREZ, 2014, p.224-226) “A Controvérsia de Valladolid é importante porque colocou uma agenda de discussões ainda válida para nossos dias: evangelização, invasão, povos submetidos, raças superiores, guerras religiosas e guerras santas” (GUTIÉRREZ, 2014, p.231).

.Retomo agora a consideração feita no início do artigo sobre as ideias serem manipuladas em prol de determinados interesses. Seria possível duvidar da sinceridade de missionários como Vieira e Las Casas na “defesa” contra os supostos abusos na utilização da mão de obra indígena? Creio que não, já que estavam plenamente imbuídos dos ideais religiosos que os nortearam a vida toda, porém é preciso compreender que esses mesmos ideais serviam a interesses políticos.

Lembrando Paiva (1982) ao abordar as relações entre colonização e catequese: “Conquistar é sujeitar. (...) Com a sujeição impunham-se governo, administração, regime, modo de vida novos. A sujeição impunha a cultura e os objetivos portugueses.” (Paiva, 1982, p.41-42) A catequização dos nativos, bem como, a exploração dos seus trabalhos mesmo que dentro de alguns limites impostos foram traços marcantes da colonização; o papel dos missionários, o ideal salvífico e a legitimidade das formas de escravização foram embasadas por ideais religiosos compreendidos nesta pesquisa aqui apresentada como um recorte estabelecido na história do pensamento moderno europeu.

## 4 PARTE III - APRESENTAÇÃO E POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR

### INTRODUÇÃO

Buscarei agora elucidar as características e possibilidades de utilização do Objeto de aprendizagem produzido no ambiente escolar, visando responder a algumas questões como “Quais as suas características? Qual a justificativa para o seu desenvolvimento? Como poderá ser utilizada e quais contribuições pode trazer ao ambiente escolar?” As reflexões desenvolvidas para responder às semelhantes questões articulam-se com uma bibliografia qualificada sobre materiais didáticos e ensino de História.

Atentemo-nos antes para o conceito de Objeto de aprendizagem (OA):

Baseados no paradigma da programação orientada a objetos da Ciência da Computação, os objetos de aprendizagem podem ser vistos como componentes ou unidades, catalogados e disponibilizados em repositórios na Internet. Assim, podem ser utilizados em diversos contextos de aprendizagem, de acordo com o projeto instrucional.

Quando bem utilizados, os OAs podem ser grandes aliados do processo educativo. É necessário, para isso, que o professor tenha clareza dos objetivos que deseja alcançar e, em seguida, pesquise, selecione e defina boas estratégias de utilização dos OAs em suas aulas, de forma a atender aos seus objetivos.

(BRAGA e MENEZES, 2014, p.20)

Assim, o Objeto de Aprendizagem consistiu em uma sequência didática sobre a temática da minha pesquisa “A crítica do padre Antônio Vieira acerca da escravidão indígena no Maranhão do século XVII, disponibilizada no formato digital, voltada para estudantes da primeira série do Ensino Médio, podendo ser utilizada nas disciplinas de História, Filosofia e Sociologia, enquadrando-se nas competências e habilidades específicas previstas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e no Currículo Paulista:

#### COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

**Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.** Nessa competência específica, pretende-se ampliar as capacidades dos estudantes de elaborar hipóteses e compor argumentos com base na sistematização de dados (de natureza quantitativa e qualitativa); compreender e utilizar determinados procedimentos metodológicos para discutir criticamente

as circunstâncias históricas favoráveis à emergência de matrizes conceituais dicotômicas (modernidade/atraso, Ocidente/ Oriente, civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo etc.), contextualizando-as de modo a identificar seu caráter redutor da complexidade efetiva da realidade; e operacionalizar conceitos como etnicidade, temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade etc. e diferentes linguagens e narrativas que expressem culturas, conhecimentos, crenças, valores e práticas.

### **HABILIDADES**

**EM13CHS101** - Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

**EM13CHS102** - Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

**EM13CHS103** - Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

BNCC (Base Nacional Curricular Comum)

Consta no Currículo Paulista:

Eixo: Tempo e espaço

### **HABILIDADES:**

**EM13CHS101** - Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

### **OBJETOS DO CONHECIMENTO DA HISTÓRIA:**

- Memória, cultura, identidade e diversidade
- A produção do conhecimento histórico e suas narrativas na origem dos povos do Oriente Médio, Ásia, Europa, América e África.

### **OBJETOS DO CONHECIMENTO DA SOCIOLOGIA:**

- Padrões e normas em distintas sociedades: na cultura, no poder, na cidadania e no trabalho.

**EM13CHS102** - Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando

criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

#### **OBJETOS DO CONHECIMENTO DA HISTÓRIA:**

- A construção do discurso civilizatório em diferentes contextos e seus desdobramentos (Iluminismo, Imperialismo e Neocolonialismo)
- Organização e funcionamento da sociedade na interrelação entre indivíduo e coletividade a partir das diferentes matrizes conceituais (etnocentrismo, cultura, entre outros).

#### **OBJETOS DO CONHECIMENTO DA FILOSOFIA:**

- O conceito de civilização, o projeto de modernidade, a “pós-modernidade” e suas contribuições para a compreensão das noções de civilização e barbárie.

#### **OBJETOS DO CONHECIMENTO DA SOCIOLOGIA:**

- Discursos racista, etnocentrista e evolucionista e sua contraparte nas sociedades contemporâneas: a eugenia, o arianismo, o colonialismo, o relativismo cultural e o multiculturalismo.

#### **Currículo Paulista**

Para composição da sequência didática foram utilizados textos acadêmicos, imagens, mapas históricos, mapas mentais e exercícios reflexivos. O material foi dividido em seis subitens, sendo que o primeiro subitem intitulado “A chegada dos portugueses na América Portuguesa” tem como objetivo apresentar uma introdução ao tema, abordando a chegada dos jesuítas à América Portuguesa, os primeiros contatos com os indígenas e o choque cultural que houve. O segundo subitem intitulado “A Companhia de Jesus, seus princípios, ideais e atuação” aborda brevemente a fundação da Companhia de Jesus, seus ideais, seu intento salvífico e sua atuação na América Portuguesa. O terceiro subitem intitulado “Quem foi o padre Antônio Vieira?” consiste em apresentar uma breve biografia do padre Antônio Vieira e sua atuação enquanto jesuíta e pregador. O quarto subitem intitulado “O estado do Grão-Pará e Maranhão” consiste em uma breve explanação sobre o que o estado do Maranhão representava no século XVII, bem como, quais os interesses da Coroa Ibérica na região. O quinto subitem intitulado “Os anos 50 da produção de Vieira” aborda o período em que o referido autor esteve em uma missão no Maranhão a fim de mediar os conflitos entre os colonos locais e os membros da Companhia de Jesus e apresenta uma breve análise sobre “O Sermão da Primeira Domingo da Quaresma” e “Sermão de Santo Antônio aos Peixes”, ambos sermões em que o jesuíta se dirige aos colonos maranhenses combatendo às formas ilícitas de escravidão indígena. O sexto subitem intitulado “Os debates intelectuais do período” consiste em uma breve apresentação do Frei Bartolomé de Las Casas e seu envolvimento na Controvérsia de Valladolid como forma de exemplificação dos debates intelectuais acerca da humanidade dos indígenas e legitimidade das

práticas de escravização a fim de elucidar de que forma as ideias podem ser manipuladas em prol de determinados interesses.

### **JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO OBJETO DE APRENDIZAGEM**

A proposta de pesquisa e produção da sequência didática justificam-se pela relevância da temática uma vez que trata-se de uma proposta de estudo da história intelectual, a qual pode contribuir para compreensão de ideias e conceitos filosóficos articulados com o conhecimento histórico a fim de elucidar como as ideias podem ser manipuladas para servir a determinados interesses.

Ainda que a temática principal seja o pensamento cristão católico durante a colonização do Novo mundo, a temática indígena perpassa o trabalho e acredito que levar tal tema para sala de aula pode possibilitar uma melhor compreensão dos conflitos étnicos no Brasil, combatendo estereótipos e preconceitos. É preciso considerar o cumprimento da Lei 11645 de 2008 que trata da obrigatoriedade do ensino de História indígena na sala de aula do Ensino Básico:

Art. 1o O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Considerando ainda a promulgação da Lei nº13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional gerando impactos significativos na organização curricular, principalmente no tocante ao Ensino Médio, sendo que conteúdos de história, sociologia, geografia e filosofia foram pulverizados dentro da área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, acredito que semelhante material didático pode contribuir para que os estudantes tenham acesso a um conhecimento mais aprofundado acerca de um processo histórico e de conceitos filosóficos.

A justificativa da escolha do Objeto de Aprendizagem ser uma sequência didática se deve ao fato de ser esse ainda o material mais utilizado nas escolas e, embora muitas vezes seja visto como um material com conteúdo superficial ou enfadonho, acredito que, se cuidadosamente elaborado, possa ter um grande potencial e alcance no tocante à aprendizagem já que os professores poderão, além de utilizá-lo durante as aulas, solicitar que os estudantes acessem o material em suas casas, façam leituras e exercícios, os quais serão discutidos nas aulas presenciais, utilizando-se, assim, de um modelo de sala de aula invertida.

## **POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO**

Circe Bittencourt em sua obra *Ensino de História: fundamentos e métodos* discute no “Capítulo I - Livros e materiais didáticos” sobre as características, possibilidades e limitações dos livros didáticos.

Muito criticados, muitas vezes considerados os culpados pelas mazelas do ensino de História, os livros didáticos são invariavelmente um tema polêmico. Diversas pesquisas têm revelado que são um instrumento a serviço da ideologia e da perpetuação de um “ensino tradicional”. Entretanto, continuam sendo usados no trabalho diário das escolas em todo o país, caracterizando-se pela variedade de sua produção, e, ao serem analisados com maior profundidade e em uma perspectiva histórica, demonstram ter sofrido mudanças em seus aspectos formais e ganho possibilidade de uso diferenciado por parte de professores e alunos.

(BITTENCOURT, 2008, p.300)

A autora prossegue em sua explanação considerando que os livros didáticos devem ser analisados tendo em vista seus limites e as vantagens e desvantagens de seu uso, não podendo ser pensados como substitutos ao trabalho do professor ou como se pudesse existir um “livro didático ideal” a ser usado. (BITTENCOURT, 2008, p.300-301)

As características de um livro didático sejam do ponto de vista gráfico ou conteudista variam de acordo com o tempo e contexto histórico em que são produzidos, porém continuam sendo o maior elemento norteador do trabalho dos professores e do estudo dos alunos na Escola Básica, sendo nas palavras de Circe Bittencourt “um suporte de conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais” no que concerne à sistematização de conteúdos propostos a partir de um currículo estruturado e “um suporte de métodos pedagógicos” por conter propostas de exercícios e sugestões de atividades a serem realizadas pelos estudantes. (BITTENCOURT, 2008, p. 301-302)

Os conteúdos divulgados nos livros didáticos passarão pelo crivo de órgãos governamentais especializados que deverão avaliá-los e, dessa forma, notamos a permanente presença do Estado nos livros didáticos, sendo esses propagadores de determinadas visões de mundo, valores e ideologias. (BITTENCOURT, 2008, p.302)

Dessa forma, consideremos que trata-se de um tipo de livro com características bastante específicas, as quais o tornam facilmente reconhecível como livro didático e elemento de uma cultura escolar de forma que quando nos remetemos às lembranças de nossa época da escola facilmente conseguimos lembrar como eram os livros que usávamos durante as aulas.

Conforme Bittencourt (1988) um livro didático cumpre três funções: ser um “depositário de conhecimentos escolares”, funcionando como um sistematizador dos conteúdos selecionados nas propostas curriculares. ser um “instrumento pedagógico”, sendo comum inclusive encontrarmos os chamados livros do mestre ou do professor, funcionando como um manual orientador da aprendizagem dos estudantes e ser um “veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia” Dessa forma, várias pesquisas demonstraram o quanto obras didáticas transmitem estereótipos e valores da classe dominante. (BITTENCOURT, 1998, p.72)

Ao pensarmos o currículo escolar em seus aspectos implícitos e explícitos, não há como analisá-lo desvinculado de análises sociais. Moreira (2010) nos mostra que o currículo contido na maior parte das escolas é um mecanismo de controle social associado a uma noção de coerção.

A ideia de controle social relaciona-se diretamente ao processo de socialização, no decurso do qual o indivíduo absorve o sistema de símbolos de sua sociedade, torna-se capaz de comunicar-se com os outros e adota características que expressam as normas e os valores desejáveis naquela sociedade. Como consequência, adquire uma personalidade que constitui a base que integra e controla seu comportamento. Nessa perspectiva, pessoa torna-se sinônimo de ser humano socializado.

(MOREIRA, 2010, p.81)

Moreira (2010) aponta as diferenças entre o currículo explícito e o implícito. Ao primeiro cabe formas planejadas e conscientes de ação que atuam no indivíduo externamente, ao segundo cabe às formas indiretas de controle, que se dão a partir de um processo sociopsicológico e irão se configurando para o indivíduo como algo inconsciente e espontâneo.

Prosseguindo na discussão sobre as teorias do currículo tomamos como referência Silva (2009) em relação às teorias tradicionais, sobretudo ao tratar da questão do poder. Se as teorias

tradicionais aceitam a cultura dominante como o único saber que deve ser transmitido ao aluno, constituindo um ensino técnico, as teorias críticas e pós-críticas irão questionar se o saber da classe dominante é o único saber válido e quais os interesses e relações sociais resultam no fato de ser esse o único elemento constituinte do currículo nas escolas. “As teorias críticas e pós-críticas de currículo estão preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder.” (SILVA, 2009, p.16-17).

Silva ao tratar da “Nova Sociologia da Educação” (NSE) considera que um currículo embasado nessa perspectiva expressaria não apenas as tradições culturais das classes dominantes, mas também as das classes subordinadas e questionaria o prestígio atribuído a alguns elementos em detrimento de outros, compreendendo que os conhecimentos englobados em um currículo devem se embasar na “construção social” do sujeito.

Ao discutir o *multiculturalismo*, tema comumente abordado como respeito às diferenças, considera que essas diferenças estão intrinsecamente associadas a relações de poder e, assim, na tentativa de se encontrar uma cultura comum o que prevalece é a cultura da classe dominante. Numa perspectiva crítica tais concepções devem ser rompidas. “Da perspectiva multiculturalista crítica, não existe nenhuma posição transcendental, privilegiada, a partir da qual se possam definir certos valores ou instituições como universais.” (SILVA, 2009, p.90).

Quando observamos um livro didático podemos perceber os elementos implícitos e explícitos de um currículo, conforme supracitado, por exemplo, na seleção de conteúdos, textos, imagens e na maneira como esses são abordados. Mas de acordo com Bittencourt (1998), além de observarmos a ideologia propagada e a suposta defasagem em relação a conteúdos acadêmicos, se desejamos compreender um livro didático, precisamos analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições: contendo textos capazes de auxiliar os estudantes em todos os níveis de escolarização na aquisição do domínio da leitura e da escrita, podem servir ainda para ampliar informações, divulgando o saber científico através de uma linguagem mais acessível; possibilita ainda a articulação com outras linguagens além da escrita, proporcionando que os estudantes tenham maior autonomia diante do conhecimento. Todavia, sua linguagem pode conter simplificações de questões complexas, o que impede que os leitores consigam fazer reflexões e discordâncias, tornando-se objeto de padronização do ensino. (BITTENCOURT, 1998, p.73)

Podemos pensar ainda se o objetivo do material seria fazer uma transposição didática do conteúdo proposto e, antes, é preciso compreender o significado desse conceito. Monteiro

(2003) historiciza e problematiza tal conceito, utilizando-se dos autores Chevallard (1991), Develay (1992) e Lopes (1999). Na análise feita pela autora, Chevallard estabelece uma diferença entre saber acadêmico e o saber ensinado e considera que o processo de transposição didática envolve uma pluralidade de saberes: saber acadêmico, saber a ensinar, saber ensinado e saber aprendido. Assim, os professores não realizam a transposição didática por si só, essa se inicia quando técnicos e equipes de profissionais definem, por exemplo, através de um currículo estabelecido, quais saberes acadêmicos serão ensinados. “A seleção dos saberes a ensinar pela noosfera resulta, por sua vez, de lutas e negociações políticas envolvendo legitimações ou contestações de poderes na sociedade em geral, no campo acadêmico e/ou sócio-profissional, ou no contexto educacional mais específico.” (MONTEIRO, 2003, p.15)

Monteiro (2003) prossegue em sua argumentação remetendo-se à Develay (1992), o qual, segundo a autora, traz uma ampliação e flexibilização do conceito de transposição didática considerando que o mesmo acontece também dentro das chamadas práticas sociais de referência e que não é apenas um movimento descendente (do saber acadêmico para o saber a ensinar), mas pode ser também ascendente. Algo que é inicialmente criado para se ensinar pode posteriormente tornar-se objeto de estudo acadêmico. Além disso, a transposição didática implica não só em um processo de didatização como de axiologização, expressando os valores selecionados por aqueles que são os agentes de transposição. (MONTEIRO, 2003, p. 18) Remetendo-se à Lopes (1999):

não podemos nos furtar a discutir o que é fundamental ser ensinado na escola. Não podemos negar o papel preponderante da escola como socializadora de saberes, nem a importância de combatermos tendências relativistas que se negam a admitir alguns saberes como mais fundamentais do que outros, em função do desenvolvimento histórico do conhecimento e em função do modelo de sociedade que desejamos.

(LOPES, 1999, p.166-167 apud MONTEIRO, 2003, p.19)

Dessa forma, a escola não deve ser vista como um mero depósito de conhecimentos acadêmicos e de direcionamentos curriculares e pedagógicos vindos “de fora” e que orientam suas práticas, mas sim como produtora de uma cultura escolar e de um saber próprio. Carvalho (2011) considera que, em uma instituição escolar, o ensino de História ou de qualquer outra disciplina, demanda que o professor faça escolhas quanto ao conteúdo a ser apresentado e sua abordagem, sob qual perspectiva e maneira de pensar a História realizará sua apresentação, bem como, os objetivos a serem atingidos dentro do contexto dessa instituição. (CARVALHO, 2011, p. 317) O livro didático, assim, pode ter um papel orientador, norteador, no entanto, jamais

poderá omitir o papel do professor inclusive na escolha de qual ou quais livros utilizar e na maneira de utilizá los.

## **POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM NA SALA DE AULA**

A divisão da sequência didática foi pensada de forma a proporcionar um conhecimento sequenciado acerca da temática “A crítica de Vieira acerca da escravidão indígena no Maranhão do século XVII”, sendo que primeiramente há uma introdução do tema, abordando a chegada dos portugueses ao Brasil, seus primeiros contatos com os indígenas e o choque cultural que ocorreu, em seguida há uma apresentação da Companhia de Jesus, seus ideais e atuação América Portuguesa, na sequência uma breve biografia do padre Antônio Vieira seguida de uma explanação acerca do significado do estado do Maranhão para Coroa Ibérica no Maranhão do século XVII, por fim, abordo os anos 50 da produção de Vieira e os sermões selecionados, sendo eles, o “Sermão da Primeira domingo da Quaresma” e o “Sermão de Santo Antônio aos Peixes”, finalizando com uma breve apresentação do Frei Bartolomé de Las Casas e da Controvérsia de Valladolid a fim de que os estudantes possam compreender o pensamento de Vieira dentro dos debates intelectuais do período.

Tal ordenamento de assuntos se relaciona com o referencial teórico de Quentin Skinner (1996) utilizado na pesquisa acadêmica que originou o material didático, na qual busco compreender quem foi o padre Antônio Vieira, em qual contexto histórico atual, quais problemas enfrentados pela sociedade em que viveu e quais foram as intervenções realizadas por ele. Todavia, deixo claro que ao utilizar o material em sala de aula tanto professores quanto estudantes podem realizar o estudo do material da maneira e na ordem que considerarem mais pertinente.

Ao introduzir cada assunto busco fazer algumas perguntas de modo a sondar qual conhecimento os estudantes já possuem sobre o tema. Acredito que quando se elaboram as aulas e projetos a serem trabalhados com os alunos uma boa estratégia pode ser pensar maneiras de utilizar o conhecimento prévio dos alunos, considerando que a aprendizagem da criança não se inicia na idade escolar, mas muito antes dessa. “A aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda a aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história.” (VIGOTSKII, 1977, p.109).

Dessa forma, partindo da premissa de Paulo Freire (1996) em sua obra *Pedagogia da Autonomia* de que “ensinar exige respeito aos saberes do educando” é importante elaborar uma

proposta visando um trabalho inserido dentro do cotidiano dos alunos, mas também capaz de estimulá-los e instigar-lhes o interesse.

Remetemo-nos a teoria de Vigotskii sobre a *Zona de Desenvolvimento Proximal*, ou seja, aquilo que a criança ainda não sabe, mas é capaz de aprender, sendo o papel do professor o de um mediador para estimular-lhe o desenvolvimento, assim, em nossa prática docente não devemos “colocar a corda” nem tão alto que o aluno(a) se sinta desestimulado(a) por nunca conseguir pular e desista, nem tão baixo que o aluno(a) se sinta desestimulado(a) por ser fácil demais e ficar com a sensação que assistir aquela aula não lhe acrescentou nada. A “corda” deve ser colocada em uma altura que o (a) aluno(a) se sinta desafiado(a) a pular. Conclui-se, assim, que ao considerar o conhecimento prévio dos alunos o objetivo, não é constatar o óbvio, mas verificar o que somos capazes de avançar a partir desse óbvio, construindo um saber coletivo e que faça sentido a todos os envolvidos no processo: educadores e educandos.

Lembrando ainda a Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel (1985) em que se distingue a aprendizagem mecânica, aquela em que somos capazes de absorver uma informação, mas sem estabelecer relação com algo já conhecido ou atribuir sentido, da aprendizagem significativa, ou seja, quando relacionamos uma ideia nova com conceitos já existentes em nossa estrutura cognitiva, o que chamamos de “pontos de ancoragem para aprendizagem”. “A aprendizagem significativa está intimamente relacionada com os pontos de ancoragem - que são formados com a incorporação, à nossa estrutura cognitiva, de conceitos, ideias ou informações relevantes para aquisição de novos conhecimentos.” (LAKOMY, 2014, p.49)

Quando tratamos sobre a temática da colonização ou sobre o pensamento sobre as populações indígenas na sala de aula um bom ponto de partida pode ser os conhecimentos prévios que os estudantes trazem sobre o assunto, mesmo que esse seja baseado em estereótipos e preconceitos como “índios são preguiçosos”, “são atrasados”, “se os europeus não tivessem chegado aqui estaríamos na barbárie até hoje”, podemos utilizar e tais ideias como “pontos de ancoragem” para a partir disso buscarmos construir um novo conhecimento, propondo, por exemplo, uma pesquisa e reflexão acerca da origem de tais ideias.

Tratando agora especialmente sobre o ensino de História na sala de aula, Seffner (2011) ao explicar sobre os saberes que perpassam o ensino de História considera: os saberes da disciplina, os saberes da docência e os muitos imprevistos que podem ocorrer em uma aula. Dentre os primeiros considera os conhecimentos, métodos, e conceitos concernentes à

disciplina ministrada., como os segundos considera os saberes que aprendemos com a prática docente, os quais nem sempre são valorizados ou sequer se reflete sobre os mesmos, já como os imprevistos podemos entender tudo aquilo que faz parte de uma aula que não foi planejado ou desejado (SEFFNER, 2011, p. 2 - 4).

Dessa forma, considerar os conhecimentos prévios dos estudantes como um ponto a partir do qual se pode construir novos conhecimentos relaciona-se à noção citada acima de considerar os “imprevistos” como uma oportunidade de construir saberes já que não podemos dimensionar de antemão o quão inusitados podem ser as noções e conhecimentos oriundos do dia a dia que os estudantes podem ter acerca da história indígena e da colonização.

Na composição da sequência didática foram utilizados textos e sugestões de exercícios de autoria própria, textos acadêmicos de autores selecionados como o de Darcy Ribeiro, bem como, a apresentação de fontes escritas como trechos das cartas de Pero Vaz de Caminha, do Padre José de Anchieta e dos sermões do Padre Antônio Vieira.

Com esse material didático não pretendo tornar os estudantes do Ensino Médio historiadores, mas sim mostrar-lhes que um livro didático traz uma ou algumas visões históricas, sendo composto por textos e imagens que também guardam determinadas perspectivas. Ante a apresentação de fontes históricas, inseri na sequência didática um quadro “Ampliando” explicando o que são fontes históricas, distinguindo fontes primárias de fontes secundárias e explicando brevemente como o conhecimento histórico é produzido.

Além de análise de fontes escritas, o material contempla também algumas atividades de leitura de imagem a fim de que os estudantes tenham contato com diversos tipos de fontes históricas e percebam como toda fonte histórica apresenta um potencial de a partir delas levantarmos questionamentos e buscarmos respostas; imagens nos livros de História não são apenas ilustrativas ou tem somente a finalidade de tornar o material mais atraente e menos enfadonho. Conforme Bittencourt (1998):

A transformação das ilustrações dos livros didáticos em materiais didáticos específicos e do livro didático em documento passível de ser utilizado dentro das propostas de leitura crítica da pesquisa historiográfica - transposta para uma situação de aprendizagem - pode facilitar a difícil tarefa do professor na constituição de um leitor de textos historiográficos autônomo e crítico.

(BITTENCOURT, 1998, p.89)

A imagem do quadro “Desembarque de Cabral em Porto Seguro” de Osacar Pereira da Silva foi utilizada como uma introdução ao tema com perguntas como “Quem e como são as

peessoas retratadas pelo pintor que estão nas caravelas?” e “Quem e como são as pessoas retratadas pelo pintor que estão na praia?”, “A qual momento histórico o quadro se refere?”, “O que você conhece ou já ouviu falar sobre o assunto?”.

O quadro “A Primeira Missa no Brasil” de Victor Meirelles foi utilizado após a leitura do texto sobre a Companhia de Jesus de forma que a leitura de imagem leve os estudantes a refletir sobre as seguintes questões: “Quem são os agentes históricos representados na obra?”, “Como esses agentes estão representados pelo autor?”, “Pela cena retratada, o que parecem estar fazendo?”, “Qual visão histórica essa obra pode nos trazer acerca da relação dos religiosos com os indígenas?” Espera-se que os estudantes percebam que o quadro parece retratar uma relação pacífica em que os índios aceitam bem a religião cristã, desconsiderando os aspectos da resistência que existiram.

Utilizei-me também de uma fotografia de autoria do fotógrafo Renato Soares em que são retratadas crianças indígenas tomando banho de rio no município de São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas no ano de 2022. Utilizei tal fotografia em articulação com o trecho de um texto do Darcy Ribeiro com a intenção de levar os estudantes a perceber os índios viventes ainda em nosso país e suas contribuições para formação étnica e cultural da população brasileira.

Ao apresentar o conteúdo sobre o estado do Grão-Pará e Maranhão, utilizei-me de um mapa histórico a fim de mostrar como era a divisão da América Portuguesa no período e também utilizei imagens dos principais produtos extraídos da região (cacau, baunilha e guaraná) a fim de tornar mais claro aos estudantes que eventualmente não conheçam tais produtos em natura, pois nunca tiveram contato ou só tiveram contato com produtos industrializados oriundos dessas matérias-primas. (chocolate, essência de baunilha e refrigerante de guaraná).

As atividades estão mescladas entre questões objetivas (de múltipla escolha) e questões dissertativas. Ressalto que as questões de múltipla escolha não foram pensadas com o objetivo de que os estudantes “decorem” conteúdo ou busquem apenas assinalar a alternativa correta, mas sim de que realizem uma leitura atenta de todas as alternativas, analisando-as. As questões dissertativas apresentam um maior potencial reflexivo, sendo que algumas apoiam-se em trechos selecionados de fontes históricas e textos acadêmicos de modo a levar os estudantes a construir argumentos embasando-se nos conhecimentos estudados, com sugestões de que compartilhem suas reflexões com colegas e professores.

Sugiro que na realização da sequência didática em sala de aula, algumas atividades sejam realizadas em duplas ou grupos de modo a proporcionar troca de conhecimento e experiências. Na perspectiva pedagógica devemos buscar métodos que possibilitem a cooperação e o trabalho em equipe, estimulando os alunos a compartilharem saberes e habilidades, além de desenvolverem autonomia. Remeto-me a Maria Teresa Mantoan (2001) em seu texto *Todas as crianças são bem vindas à escola*, a autora acredita que com esforço e desejo de mudanças é possível a construção de uma educação com mais qualidade.

O trabalho coletivo e diversificado nas turmas e na escola como um todo é compatível com a vocação da escola de formar gerações. É nos bancos escolares que aprendemos a viver entre os nossos pares, a dividir responsabilidades, repartir as tarefas. O exercício dessas ações desenvolve a cooperação, o sentido de se trabalhar e produzir em grupo, o reconhecimento da diversidade dos talentos humanos e a valorização do trabalho de cada pessoa para a consecução de metas comuns de um mesmo grupo.

(MANTOAN, 2001, manuscrito)

Os exercícios relacionados a trechos selecionados dos dois sermões escolhidos envolvem uma leitura competente, utilizando conceitos de Língua Portuguesa como o de metalinguagem. Espero, assim, que os estudantes consigam não apenas compreender a mensagem contida nos sermões, mas relacioná-los com o processo histórico envolvido. Compreendidos enquanto fonte histórica, os sermões têm ainda o potencial de levar os estudantes a refletir sobre questões como “Quem os produziu? Para quem produziu? E com qual intenção produziu?” Espera-se que os estudantes compreendam que os sermões produzidos por um jesuíta expressam sua visão que compreende o mundo sob a ótica católica, dirigindo-se aos colonos maranhenses para fazer-lhes reprimendas sobre a escravidão indígena, mesmo que não se posicione absolutamente contra ela. O objetivo de Vieira era, sobretudo, fazer uma mediação entre os confrontos dos colonos com os indígenas, estabelecendo diferenças entre as formas lícitas e ilícitas de escravidão indígena. Os conteúdos estudados anteriormente na sequência auxiliarão na reflexão, razão pela qual a apresentação e análise dos sermões foi colocada intencionalmente ao final da sequência.

Na última parte trato brevemente do frei Bartolomé de Las Casas e da Controvérsia de Valladolid a fim de que os estudantes possam compreender que as discussões acerca da humanidade dos indígenas e da legitimidade das práticas de escravização faziam parte dos debates intelectuais do período. No último quadro “Ampliando” proponho a observação de um mapa do ano de 2017 onde se pode observar as poucas terras pertencentes à população indígena, proponho uma pesquisa sobre o garimpo ilegal e a demarcação das terras indígenas a fim de

que os estudantes possam dimensionar a atualidade das questões que assolam atualmente os povos originários e compreender como tais questões estão inseridas dentro de um debate político.

Os mapas mentais presentes ao final de cada conteúdo não objetivam trazer esquemas simplificados para que sejam mais facilmente memorizados pelos estudantes, mas sim fazer uma recapitulação dos conceitos centrais dos conteúdos estudados. Ressalto que tais mapas podem ser compreendidos como uma opção, sendo que cada estudante pode ser convidado pelo professor regente a produzir o seu mapa mental no caderno com as ideias que mais lhe chamaram a atenção em cada texto lido. Tais mapas poderão ser comparados e compartilhados entre colegas e professores de modo a se notar como as maneiras de aprender e percepções acerca de um mesmo assunto podem ser diferentes.

Sendo as salas de aula ambientes heterogêneos, onde a diversidade se faz presente, a primeira lição para alunos e professores, é aprender a respeitar essa diversidade e fazer dela um ponto de partida para construção de novos saberes. Por fim, proponho a reflexão de que embora se trate de um Objeto de Aprendizagem esse não se limita ao material produzido (sequência didática) em si, mas sim a todo o seu processo de produção e utilização, o que envolve um processo de contínuo de articulação entre os saberes discentes e docentes.

## **O USO DA TECNOLOGIA NAS SALAS DE AULA**

O Objeto de Aprendizagem foi produzido com o uso do software *exe.learning* sendo disponibilizado no formato e-book, podendo ser acessado no formato offline. Além disso, o material pode também ser acessado no formato PDF com a diferença que, nesse caso, as atividades não poderão ser realizadas de forma interativa, sendo necessário que os estudantes anotem as respostas em um caderno ou façam uso do Word.

Será necessário como conhecimento prévio dos estudantes para sua utilização conhecimento básico de informática como acesso ao material no computador, leitura de material digital, uso do mouse e digitação para realização de exercícios. Todavia, considero que os estudantes poderão ainda ser auxiliados pelos profissionais de apoio à tecnologia (Proatecs) que atuam nas escolas.

Acredito que o uso das chamadas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) nas salas de aula podem tornar as aulas mais atrativas e acessíveis considerando o mundo digitalizado em que vivemos. Dessa

forma, tais tecnologias podem tornar a aprendizagem dos estudantes mais significativas com a utilização de recursos inovadores e interativos.

Conforme Almeida (2003):

(...) o uso das TICs na escola, principalmente com o acesso à internet, contribui para expandir o acesso à informação atualizada, permite estabelecer novas relações com o saber que ultrapassam os limites dos materiais instrucionais tradicionais, favorece a criação de comunidades colaborativas que privilegiam a comunicação e permite eliminar os muros que separam a instituição da sociedade.

(ALMEIDA, 2003, p. 113 - 114)

Vale ressaltar ainda que existem aqueles estudantes que não têm acesso à internet, equipamentos e ferramentas digitais, além daqueles que apresentam grandes dificuldades em utilizá-las. Dessa forma, a proposta de uso de um material digital durante as aulas, se bem utilizado, pode contribuir para o desenvolvimento de tais habilidades. E mesmo dentre aqueles estudantes que dominam bem os recursos tecnológicos, a maioria não os utiliza para fins pedagógicos e, nesse sentido, a incorporação das TICs no ambiente escolar pode ainda contribuir mostrando aos estudantes que podem usar as tecnologias presentes em seu dia a dia para sua aprendizagem, tornando, assim, o ensino menos enfadonho e distante de suas realidades.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA, RECURSOS DE ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA**

O conceito de inclusão escolar pode ser compreendido como a busca por um ambiente educacional capaz de acolher e valorizar a diversidade, garantindo direitos e oportunidades a todos, especialmente àqueles que enfrentam barreiras para o acesso e a participação na sociedade. Conforme Sasaki (1998):

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes.

(SASSAKI, 1998, p. 8).

Juntamente com o conceito de inclusão faz-se necessário pensar no conceito de acessibilidade, ou seja, tornar acessível, eliminar barreiras através de tecnologias assistivas. O

termo acessibilidade passou a ser utilizado com bastante frequência nas últimas décadas, sobretudo na educação.

De acordo com a Lei nº10.098 de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida:

I-acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Dessa forma, compreende-se que é também responsabilidade dos educadores propiciar recursos e meios capazes de atender às necessidades educacionais de todos os estudantes, viabilizando as condições de desenvolvimento e de aprendizagem, contribuindo, assim, para formação de uma sociedade acessível às necessidades das pessoas.

As tecnologias assistivas podem ser compreendidas como recursos ou serviços, indo desde uma simples muleta até o ensinamento do uso dela por um profissional qualificado; nesse caso a muleta seria um recurso; o ensinamento, um serviço. De acordo com a Lei nº13.146 de 6 de julho de 2015:

III- tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

É possível aos professores promover acessibilidade através de materiais de baixa complexidade. Assim, como recursos de acessibilidade o material apresenta a possibilidade de ser lido com letras ampliadas ou escutado em áudio, atendendo às demandas da Educação Especial e Inclusiva. Para ampliar as letras, basta acessar a ferramenta “Zoom” no canto superior esquerdo do computador. Para acessar a leitura em áudio é necessário acessar o material em PDF, clicar com o botão direito na tela e escolher a opção “Ler em voz alta”. Caso o estudante apresente dificuldade para acessar essas opções, poderá ser auxiliado pelo professor da sala ou pelo Proatec (Profissional de apoio à tecnologia). Ressalto ainda que abaixo das imagens e fotografias utilizadas na sequência didática está uma descrição da mesma que poderá ser lida em voz alta, proporcionando que estudantes cegos ou com baixa visão consigam compreender do que se trata. Ressalto também que tais recursos podem auxiliar não apenas

estudantes com deficiência visual, mas também estudantes com deficiência intelectual que não tenham ainda consolidado seu processo de alfabetização ou que apresentem significativos déficits de atenção e concentração.

## **CONCLUSÃO**

Assim, considerando a breve discussão apresentada acima sobre as principais características dos livros didáticos, os elementos que constituem o currículo, os diversos saberes que perpassam no ambiente escolar, bem como, a apresentação e possibilidades de utilização do Objeto de Aprendizagem produzido considero que foi bastante desafiador produzir um material didático pela noção de que esse deveria estar enquadrado dentro de um currículo pré-estabelecido e, ao mesmo, compreender os elementos políticos, acadêmicos, pedagógicos e ideológicos que o compõem.

Foi ainda desafiador produzir um material tradicional, porém instigante e interessante aos estudantes para que eles não o leiam simplesmente para cumprir com uma obrigação ou dever imposto. Não se tratava apenas de uma vontade de levar conhecimento acadêmico para sala de aula ou de quaisquer pretensões de oferecer um “livro de receitas” a ser seguido pelas escolas, mas sim de fornecer um material concebido a partir de observações e prática dentro de um contexto escolar, o qual será utilizado incorporando-se dentro desse mesmo contexto.

Considero, por fim, que se desejamos alcançar uma educação de qualidade é preciso buscar estratégias de ensino que possibilitem aos alunos chegar à construção de um conhecimento e não apenas a uma reprodução de ideias; para tanto é preciso encontrar métodos que partindo de elementos comuns a realidade dos alunos os levem à questionamentos, discussões e reflexões para construção de novos saberes; foram tais pensamentos os norteadores para produção do material didático proposto.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa acadêmica presente nesse trabalho consistiu em um trabalho de história intelectual com o propósito de compreensão das ideias que permeavam um período histórico e como essas puderam servir como forma de intervenção em seu meio. No tocante à escravidão indígena no século XVII, não havia unanimidade de pensamento e, portanto, as ideias de Vieira fizeram parte dos debates intelectuais do período com seus desdobramentos políticos e sociais. Considero que o estudo desse tema foi um trabalho bastante desafiador e instigante. Aponto alguns direcionamentos para onde semelhante pesquisa poderia seguir doravante como um trabalho de aprofundamento nos escritos de Vieira a fim de analisar as diferenças em seu posicionamento acerca da escravidão indígena e da escravidão dos africanos buscando também compreender de que maneira o contexto político e social vivido por ele influenciou seu pensamento e de que maneira suas ideias estão inseridas dentro dos debates intelectuais da época com seus desdobramentos e repercussões.

Conforme a proposta do Programa de Mestrado Profissional em História Ibérica, a produção de um material didático a ser utilizado na sala de aula por estudantes da Educação Básica foi também um trabalho bastante instigante. Considero imprescindível haver uma articulação entre pesquisa e ensino e uma preocupação em levar o conhecimento acadêmico para além dos muros das universidades.

Embora a história indígena não seja tema central desse trabalho, é um tema que o permeia, pois quando abordamos a situação atual dos indígenas no Brasil e nos deparamos com debates sobre demarcação de terras, preservação das culturas e direitos dessas populações, fundamental se faz pensar sobre o processo histórico da colonização, escravização e imposições feitas aos povos originários desde a chegada dos europeus. Fundamental se faz também pensar nos índios vivos em nossa sociedade, considerando, sem hierarquizações, suas contribuições para nossa formação étnica e cultural. Dessa forma, acredito que o material didático produzido pode ser utilizado como material complementar ou de enriquecimento curricular nas disciplinas de História, Filosofia e Sociologia por professores que apresentem diversos projetos pedagógicos relacionados a temas como colonização e escravidão indígena.

Considero ainda que a opção por produzir um material tradicional como uma sequência didática em meio a tantos debates pedagógicos sobre a inovação de metodologias e estratégias de ensino foi uma escolha difícil, mas enquanto professora das redes pública e particular de ensino, acredito não só que esse seja um material com grande potencial de alcance entre

estudantes e professores, mas também na necessidade de aprofundamento da temática nele tratada. Não basta que os estudantes saibam que os indígenas foram escravizados, é preciso que compreendam melhor como aconteceu esse processo de escravização, quais os interesses envolvidos e como essa questão foi debatida na época para que possam inclusive estabelecer relações com debates atuais acerca dos direitos das populações indígenas.

Considero, por fim, que se trata de um trabalho com múltiplas possibilidades de utilização uma vez que cada professor poderá utilizá-lo conforme as suas intenções pedagógicas. Espero que possa contribuir no sentido de promover reflexões e construção de novos saberes.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

-VIEIRA, Padre Antônio. Sermão da primeira domingo da quaresma. **In: BOSI, Alfredo (Org.). Essencial Padre Antônio Vieira.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011, p. 466-488.

- \_\_\_\_\_. Sermão de Santo Antônio aos peixes. **In: \_\_\_\_\_. Essencial Padre Antônio Vieira.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011, p. 429-466.

### BIBLIOGRAFIA

-ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. **Tecnologias e Gestão do conhecimento na escola. Gestão Educacional e Tecnologia,** São Paulo: Avercamp, 2003, p. 113-130

-ARMITAGE, David. A virada internacional na História Intelectual. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, v.1, n.1, dez.2015

-AZIZ N.,Ab'Saber. O Estado do Maranhão. A época colonial, v.2: administração, economia e sociedade, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008, p. 29-31.

- BAETA NEVES, Luiz Felipe. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

-BARROS, José D'Assunção. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. *Dimensões - Revista de História da UFES, Vitória*, v. 32, 2014, p. 240-266.

-Base Nacional Curricular Comum (BNCC) - disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio/ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas-no-ensino-medio-competencias-especificas-e-habilidades>> Acesso em 27 nov. 2023.

-BITTENCOURT, Circe. **Livros e materiais didáticos de História.** Ensino de História: Fundamentos e Métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 291-324.

-BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. O saber histórico na sala de aula, São Paulo: Contexto, 1998, p.69-90

-BOSI, Alfredo. Vieira ou a Cruz da Desigualdade. *Dialética da Colonização.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 119 - 148.

-BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, MJ, Lei nº10.098, Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm)> Acesso em 10 out 2023.

-BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, MJ, Lei nº13.146, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)> Acesso em 20 set 2024.

-BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, MJ, Lei nº11.645, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso em 20 set 2024.

- CARVALHO, José Sérgio. **A teoria na prática é outra? Considerações sobre as relações entre teoria e prática em discursos educacionais.** Revista Brasileira de Educação. v. 16, n. 47, p. 307-322, maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a03.pdf>.> Acesso em: 25 agosto 2023.
- Currículo Paulista - Acesso em 27 de novembro de 2023 - disponível em <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/ensino-medio/materiais-de-apoio-2/> Acesso em 27 de novembro de 2023.
- FREIRE, Paulo. **Não há docência sem discência.** Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à Prática Educativa.-São Paulo: Paz e Terra. 1996. (p.11-27)
- GUTIÉRREZ, Jorge Luiz. A Controvérsia de Valladolid (1550): Aristóteles, os índios e a guerra justa. Revista USP, São Paulo, 2014, p. 223-235.
- HANSEN, João Adolfo. Introdução. Antônio Vieira (1608-1697). Cartas do Brasil, São Paulo, Hedra, 2003, p.63 a 70.
- HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo, Cortez, 2002.
- LAKOMY, Ana Maria. A Teoria da Aprendizagem Significativa. Teorias Cognitivas da Aprendizagem, Curitiba: InterSaberes, 2014, p.47 - 49.
- LUZ, Guilherme Amaral. *Carne humana: a retórica do canibalismo na América portuguesa quinhentista.* 2003. Tese (Doutorado em História) apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MANTOAN, M. T. E. **Todas as crianças são bem-vindas a Escola.** Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Reabilitação de Pessoas com Deficiência – LEPED/FE/UNICAMP, 2001. (manuscrito).
- MELO, T. S. B. Ratio Studiorum: uma revisão bibliográfica. Revista Humanidades em Perspectiva, v. 2, n. 5, jul./dez. 2020.
- MILLER, Nicholas. Espacios de pensamiento: historia transnacional, historia intelectual y la Ilustracion. Ayer 94/2014 (2): 97-120.
- MONTEIRO, Ana Maria F.C. **A história ensinada: algumas configurações do saber escolar.** História & Ensino. v. 9, p. 37-62, out. 2003.
- MOREIRA, A. F. B. **Currículo e Controle Social.** In: M. A. P. (org.). Antônio Flávio Barbosa Moreira: pesquisador em currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p. 79-93)
- NÓBREGA, Manuel. *Cartas do Brasil (1549-1560).* Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- PAIVA, José Maria de. Colonização e Catequese, 1549-1600, São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982, p.41-50.
- PÉCORA, Alcir. *Prefácio.* In: In: PÉCORA, Alcir (Org.). Escritos históricos e políticos / Antônio Vieira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. VII-XXVI.

-SABEH, Luiz Antônio. *Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil (1549-1640)*, Curitiba: Editora Prismas, 2017, 1.ed., p. 78-85.

- SANTOS, L.A.O. O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p.91-110. Disponível em:

<http://books.scielo.org> .Acesso em: 28 maio. 2023.

-SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

-SEFFNER, Fernando. **Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300640137\\_ARQUIVO\\_ANPUH](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300640137_ARQUIVO_ANPUH)

SimpósioNacional2011SaoPauloTextoCenasEscolaresFernandoSeffner.pdf Acesso em: agosto de 2023.

-SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (p. 11-17 / p. 65-70 / p. 85-90).

-SOUZA, Laura de Mello, **Inferno Atlântico**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 22-23

-SKINNER, Quentin. *As fundamentações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 9-14.

-THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos** / E. P. Thompson; organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

-VYGOTSKY, L.S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar** In: LURIA et al. *Psicologia e pedagogia I : bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Lisboa : Estampa, 1977.( p.103-117

- VIVEIROS DE CASTRO, E. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*. São Paulo, Edusp, n. 35,

